



DIÁRIO da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE JANEIRO DE 1984

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Manuel Alfredo Tito de Moraes

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Leonel do Sousa Fadigas

Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Manuel Maia Nunes de Almada

Manuel António de Almeida de Azovedo e Vasconcelos

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta do expediente, da apresentação de requerimentos e da resposta a alguns outros. Em declaração política, o Sr. Deputado Nogueira de Brito (CDS) criticou diversos aspectos da política governamental, tendo respondido no fim a pedidos de esclarecimento e protestos dos Srs. Deputados César Oliveira (UEDS), Carlos Lage (PS) e Carlos Brito (PCP).

A Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura (MDP/CDE) referiu-se à questão levantada pelo seu partido, em requerimento ao Sr. Presidente, relativamente ao facto de deputados eleitos como independentes representarem partidos políticos na Assembleia.

O Sr. Deputado Joaquim Gomes (PCP) referiu-se aos acontecimentos do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande, em correlação com o actual momento político, homenageando os seus participantes.

O Sr. Deputado César Oliveira (UEDS) ripostou em relação à intervenção anteriormente produzida pela Sr.^a Deputada do MDP/CDE.

Ordem do dia. — Prosseguiu a discussão do projecto de resolução n.º 16/III, do PCP — Criação de uma comissão eventual de solidariedade e apoio às vítimas das cheias e temporais —, que foi rejeitado.

Intervieram no debate, a diverso título, além do Sr. Ministro da Administração Interna (Eduardo Pereira), os Srs. Deputados Manuel Fernandes, Silva Graça e Anselmo Aríbal (PCP), José Luís Nunes (PS), Hasse Ferreira (UEDS), Machado Lourenço (PSD), João Amaral (PCP), Nogueira de Brito (CDS), Alberto Avelino (PS), Antunes da Silva (PSD), Paulo Barral e Conceição Quintas (PS) e Odete Santos (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 30 minutos.

Eram 15 horas e 35 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.
Acácio Manuel de Faria Barreiros.
Agostinho de Jesus Domingues.
Alberto Manuel Avelino.
Alexandre Monteiro António.
Almerindo da Silva Marques.
Amadeu Augusto Pires.
Américo Albino da Silva Salteiro.
Aníbal Coelho da Costa.
António Cândido Miranda Macedo.
António da Costa.
António Domingues de Azevedo.
António Frederico Vieira de Moura.
António Gonçalves Janeiro.
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
António José dos Santos Meira.
Beatriz Almeida Cal Brandão.
Bento Elísio de Azevedo.
Bento Gonçalves da Cruz.
Carlos Augusto Coelho Pires.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Luís Filipe Gracias.
Dinis Manuel Pedro Alves.
Edmundo Pedro.
Eurico Faustino Correia.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Fradinho Lopes.
Francisco Augusto Sá Moraes Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Francisco Igrejas Caeiro.
 Francisco Lima Monteiro.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Frederico Augusto Händel de Oliveira.
 Gaspar Miranda Teixeira.
 Gil da Conceição Palmeiro Romão.
 Henrique Aureliano Vieira Gomes.
 Hermínio Martins de Oliveira.
 João de Almeida Eliseu.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João do Nascimento Gama Guerra
 João Joaquim Gomes.
 João Luís Duarte Fernandes.
 Joel Maria da Silva Ferro.
 Joaquim José Catano de Menezes.
 Joaquim Manuel Leitão Ribeiro Arenga.
 Jorge Lacão da Costa.
 Jorge Manuel Aparício Ferreira Miranda.
 José de Almeida Valente.
 José António Borja S. dos Reis Borges.
 José Augusto Filhol Guimarães.
 José Barroso Mota.
 José Carlos Pinto Basto Torres.
 José da Cunha e Sá.
 José Ferreira Pires Gestosa.
 José Joaquim Pita Guerreiro.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Nunes Ambrósio.
 José Manuel Torres Couto.
 José Martins Pires.
 Juvenal Baptista Ribeiro.
 Leonel de Sousa Fadigas.
 Litério da Cruz Monteiro.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel Alfredo Tito de Morais.
 Manuel Fontes Orvalho.
 Manuel Laranjeira Vaz.
 Maria Ângelo Duarte Correia.
 Maria do Céu Sousa Fernandes.
 Maria da Conceição Pinto Quintas.
 Maria Luísa Modas Daniel.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Nelson Pereira Ramos.
 Paulo Manuel de Barros Barral.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
 Rosa Maria da Silva Bastos Albernaz.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Rui Joaquim Cabral Cardoso das Neves.
 Silvino Manuel Gomes Sequeira.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Victor Hugo Jesus Sequeira
 Victor Manuel Caio Roque.
 Walter Ruivo Pinto Gomes Rosa.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Abílio Mesquita Araújo Guedes.
 Adérito Manuel Soares Campos.
 Agostinho Correia Branquinho.
 Amadeu Vasconcelos Matias.
 Amândio S. Dcmingues Basto Oliveira.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Nascimento Machado Lourenço.

António Roleira Marinho.
 António Sérgio Barbosa de Azvedo.
 Arménio dos Santos.
 Carlos Miguel Almeida Coelho.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Domingos Duarte Lima.
 Eleutério Manuel Alves.
 Fernando José Alves Figueiredo.
 Fernando José da Costa.
 Fernando Manuel Cardoso Ferreira.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Fernando dos Reis Condesso.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco Jardim Ramos.
 Gaspar de Castro Pacheco.
 Guido Orlando Freitas Rodrigues.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João Evangelista Rocha de Almeida.
 João Luís Malato Correia.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 João Pedro de Barros.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José de Almeida Cesário.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José António Valério do Couto.
 José Augusto dos Santos Silva Marques.
 José Bento Gonçalves.
 José Luís de Figueiredo Lopes.
 José Mário de Lemos Damião.
 José Pereira Lopes.
 José Silva Domingos.
 José Vargas Bulcão.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Luís António Martins.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Maria Margarida Salema Moura Ribeiro.
 Marília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.
 Mário Martins Adegas.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Mário Oliveira Mendes dos Santos.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Paulo Carvalho Silva.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rogério da Conceição Serafim Martins.
 Rui Manuel de Oliveira Costa.
 Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio Higino Gonçalves Pereira.

Partido Comunista Português (PCP):

Alvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António Dias Lourenço.
 António José de Almeida Silva Graça.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Belchior Alves Pereira.
 Carlos Alberto da Costa Espadinha.
 Carlos Alberto Gomes Carvalhas.

Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Francisco Manuel Costa Fernandes.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João Carlos Abrantes.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Luísa Mesquita Cachado.
 Maria Margarida Tengarrinha.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Odete Santos.
 Mariana Grou Lanita.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Zita Maria de Seabra Rosciro.

Centro Democrático Social (CDS):

Abel Augusto Gomes Almeida.
 Alexandre Carvalho Reigoto.
 Alfredo Albano de Castro Azevedo Soares.
 António Gomes de Pinho.
 António José de Castro Bagão Félix.
 Armando Domingos Lima Ribeiro Oliveira.
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da França.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 Horácio Alves Marçal.
 João Carlos Dias M. Coutinho de Lencastre.
 José Luís Nogueira de Brito.
 José Miguel Anacoreta Correla.
 Luís Filipe Paes Belroco.
 Manuel António de Almeida Vasconcelos.
 Manuel Jorge Forte de Goes.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

António Monteiro Taborda.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Helena Cidade Moura.

Agrupamento Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):

António César Gouveia de Oliveira.
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
 Octávio Ribeiro da Cunha.

Agrupamento Parlamentar da Acção Social-Democrata Independente (ASDI):

Joaquim Jorge de Magalhães Mota.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Rúben José de Almeida Raposo.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder-se à leitura do expediente.

Deu-se conta do seguinte

Expediente**Ofícios**

Da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas, a enviar cópia do parecer entregue por aquela organização sindical no Ministério da Indústria e Energia, sobre relatórios-síntese do Plano Energético Nacional.

Do Sindicato dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, dando conta da situação dos trabalhadores das carreiras operária e auxiliares de administração local, que consideram injusta e discriminatória.

Da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto, dando conhecimento do teor de uma proposta relacionada com a proibição das feiras de gado naquele concelho.

Da comissão de trabalhadores da TAP, Air Portugal, E. P., a enviar uma moção aprovada em reunião ordinária, relativa à situação daquela empresa pública.

Da Junta de Freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, a enviar uma moção na qual propõe que as comemorações do próximo 25 de Abril integrem várias iniciativas de carácter cultural e recreativo.

Da Junta de Freguesia de Odivelas, com uma moção solicitando ao Governo a aplicação da Lei n.º 1/79, nomeadamente accionando o disposto no artigo 16.º, que permite a atribuição de verbas extraordinárias às autarquias, para poder fazer face às consequências das inundações verificadas naquela freguesia.

Da Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, em Setúbal, a remeter uma moção relativa à situação do barco de pesca de anzol longínquo denominado *Mil Noites*, e à muito precária situação da sua tripulação.

Do Lar da Terceira Idade da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros, com uma moção protestando contra a falta de pagamento àquela instituição da renda do ex-Hospital, actual Centro de Saúde, o que tem agravado a sua já difícil situação financeira.

Telegramas

Do Conselho Pedagógico e do Conselho Directivo da Escola Preparatória de Espousende, apoiando unanimemente a intervenção nesta Assembleia do Sr. Deputado Lemos Damião, visando a integração no 1.º escalão de vencimentos da totalidade dos professores de Trabalhos Manuais do 12.º grupo em serviço.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: na última reunião plenária foram apresentados na Mesa os seguintes requerimentos:

Aos Ministérios da Qualidade de Vida e da Indústria e Energia (2), formulados pelo Sr. Deputado Händel de Oliveira; aos Ministérios da Educação e do Equipamento Social, formulado pelo Sr. Deputado Fontes Orvalho; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Depu-

tado Manuel Jorge Góis; ao Governo e a diversos ministérios (5), formulados pelo Sr. Deputado Magalhães Mota; ao Ministério da Indústria e Energia, formulado pelo Sr. Deputado Rocha de Almeida; ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr. Deputado Lemos Damião; ao Ministério da Educação e à Secretaria de Estado das Obras Públicas (3), formulados pelo Sr. Deputado Rúben Raposo; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Leonel Fadigas, Carlos Espadinha e Georgete Ferreira, respectivamente, e ao Governo e ao Ministério da Administração Interna (2), formulados pela Sr.^a Deputada Zita Seabra.

O Governo respondeu a requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados:

Sousa Gomes, na sessão de 20 de Dezembro de 1982; Fernando José da Costa, na sessão de 12 de Julho; Magalhães Mota, nas sessões de 14 e 16 de Setembro, 20 de Outubro e na reunião da Comissão Permanente de 8 de Setembro; Vidigal Amaro e Zita Seabra, na sessão de 20 de Setembro; António Rebelo de Sousa, na sessão de 21 de Setembro; José Tengarrinha e outros, na sessão de 22 de Setembro; Jorge Lemos e Anselmo Aníbal, na sessão de 20 de Outubro; Margarida Marques e Larangeira Vaz, nas sessões de 15 de Julho e 21 de Outubro; César Oliveira, na sessão de 15 de Novembro, e Carlos Brito e outros, na reunião da Comissão Permanente do dia 27 de Julho.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há duas semanas, no Porto, por ocasião da tomada de posse da comissão executiva distrital do CDS o presidente da comissão política, Francisco Lucas Pires, afirmou a dado passo do seu discurso o seguinte:

O Governo não tem uma filosofia de governo nem uma equipa coesa. Falta o mínimo de direcção e homogeneidade à acção governativa. A única filosofia existente é a da abrangência e o único método o do casuismo.

Proferidas logo no início deste ano, as palavras acabadas de citar traduzem, sem dúvida, de modo expressivo, a situação que vive o País e acabam de ser claramente confirmadas pelos últimos acontecimentos suscitados pela deliberação tomada no âmbito do Grupo Parlamentar do Partido Socialista no sentido de apresentar um projecto autónomo de despenalização do aborto a discutir e votar em conjunto com o PCP.

Sucedem-se, com efeito, as afirmações, por parte de elementos destacados do outro partido coligado para governar, a pôr em causa a própria coligação, caso a ideia de apresentar tal projecto vá adiante e acabe por obter o voto favorável desta Câmara.

Quer isso dizer que, em relação a um tema como este, da maior importância para a colectividade dos portugueses, que toca directamente com a defesa do direito à vida de cada um e que bole, quer o queiram

quer não, com as convicções religiosas da esmagadora maioria, os 2 elementos da coligação não trataram de acertar uma posição que, a não ser comum, devia, pelo menos, ser susceptível de uma apresentação coerente.

Nada disso, nem acordo sobre o essencial, nem sequer posição concertada sobre a oportunidade de apresentação da iniciativa, e método da sua discussão.

Mas se isto é assim em relação a tema tão importante, é bem verdade, como afirmava Lucas Pires, que não há filosofia de governo, nem equipa coesa para governar. E o próprio método do casuismo começa a revelar as suas naturais debilidades.

É que, como todos sabemos nesta Câmara, não é esta a primeira vez que a maioria aqui aparece desarticulada, sem o mínimo de referências comuns.

Já foi assim que as coisas se passaram a propósito da criação do concelho de Vizela e de um modo geral do regime da criação de novas autarquias; de alguns aspectos das autorizações legislativas pedidas na sequência da aprovação do programa do Governo, do pacote fiscal extraordinário para 1983 e, finalmente, durante um ou outro ponto da discussão do Orçamento do Estado para 1984.

Em suma, em todos os temas importantes que têm vindo a requerer a intervenção desta Câmara e o funcionamento da maioria, esta mostra, de forma mais ou menos evidente, que não está enformada por um pensamento comum minimamente sistematizado, tendo de socorrer-se de um casuismo sem referências integradoras, o que a prazo mais ou menos longo acabará por lhe ser fatal.

É que para animar e fundamentar uma coligação não basta a profunda e imperiosa necessidade de o País gozar de estabilidade política e de eficácia governativa, como pretende o Sr. Deputado Carlos Lage.

Isso é o que todos queremos, portugueses e partidos que os agrupam — embora com graus de sinceridade muito diversos, é certo — mas não é o suficiente para fundar coligações. Ao contrário, dirfamos, como insistentemente pretende o PCP, que as coligações seriam possíveis em toda e qualquer direcção, com todo e qualquer partido, o que é falso e constitui uma perigosa ilusão.

O País começa, pois, a concluir que a coligação não é mais na verdade do que um produto voluntarista, só não podendo qualificar-se de gratuita a vontade que lhe deu origem na medida em que se trata muito claramente de uma vontade enorme, e essa sim partilhada, de ocupação do poder.

O projecto é, ao fim e ao cabo, apenas esse, como o revelam os pactos de ocasião celebrados ao nível do poder local com o único objectivo de derrubar câmaras eleitas e ocupar o poder que dessa forma se pretende deixar vago.

E daí resulta que, ao invés de um pensamento comum sistematizado, capaz de integrar as escassas soluções encontradas e de integrar as lacunas de previsão, o que há é um sistema de contencioso para resolver caso a caso e segundo a melhor inspiração do momento os conflitos que dia a dia surgem entre os parceiros da coligação e que se revelam quer no âmbito do Governo, opondo ministros a ministros, ministros a secretários de Estado, uns e outros a directores-gerais, quer no âmbito da própria acção parlamentar.

Mas para além da gravidade que em si implica na medida em que torna impossível a tarefa de governar

o País, esta ausência de um projecto sério e coerente constitui também um factor potenciador da maior instabilidade.

Constituída, pois, sob o domínio de uma imperiosa necessidade de estabilidade, a coligação acaba por funcionar como geradora da instabilidade, que começa a alastrar a toda a sociedade portuguesa.

São diversos e de igual gravidade os sintomas de que assim está a acontecer.

É desde logo aquilo que se passou com a substituição de gestores das empresas públicas e de uma maneira geral dos dirigentes de entidades e serviços dependentes de nomeação governamental.

O CDS já denunciou mais do que uma vez os perigos do processo seguido, da divisão patenteada no seio do executivo e do método que afinal acabou por prevalecer: o da partilha de lugares entre os 2 partidos da coligação decidida por 2 militantes importantes no seu contexto, relegando para posição secundária a competência técnica, a experiência comprovada e os serviços já prestados.

A coligação e o Governo continuaram, porém, insensíveis às nossas razões e agora estamos certos de que o que se passou e continua ainda a passar-se vai inviabilizar por longos anos a possibilidade de gerir racionalmente as empresas, que ficarão à mercê de grupos de pressão mais ou menos bem organizados, mas que nunca contam com a representação dos interesses que verdadeiramente interessa acautelar: os do público em geral e os dos utentes e consumidores, em particular.

E de nada valerá agora o arrependimento já manifestado mas apesar de tudo ainda não concretizado, a este propósito, pelos mais altos responsáveis de ambos os partidos.

Com vista, porém, a evitar que o lamentável processo possa repetir-se, o CDS vai muito em breve submeter à Assembleia um projecto de lei sobre o assunto.

Mas não é só a dança dos gestores que dura já desde o Verão passado que constitui sinal evidente do alastramento da instabilidade geral pelo próprio Governo.

O inesperado lançamento por personalidades da mais alta responsabilidade, da questão religiosa, a propósito da publicação de 2 diplomas que mais não visam do que consagrarem em toda a sua extensão o princípio da liberdade de ensino, revela também o grau de desorientação a que se chegou no âmbito da coligação.

Vozes do CDS — Muito bem!

O Orador: — E aqui com consequência que podem ser as mais profundas para a sociedade portuguesa e que, com certeza, a não predispõem ao clima de unidade de esforços que o combate vitorioso à crise económica sem dúvida pressupunha.

Não bastava já o relançamento da velha questão do aborto, que pelos vistos está destinado a ser discutido pela Câmara todos os anos, houve ainda a necessidade de o completar com a questão da constitucionalidade do alargamento do ensino religioso ...

Vozes do CDS — Muito bem!

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Querias, querias...

O Orador: — Mais um desentendimento da coligação que ameaça transformar-se numa causa de divisão da sociedade.

São de novo os factos, com toda a sua eloquência, a desmentir o discurso optimista e apaziguador com que periodicamente os dirigentes da maioria, e dentro deles os mais qualificados garantes da ideologia partidária, pretendem enganar-nos.

É ainda o que se passa com o tão propagandeado objectivo da concertação social ou do pacto social, como se entenda chamar-lhe, que começou por ser apresentado pelo Dr. Mário Soares como condição prévia para a formação do Governo e que acabou agora às mãos do Ministro das Finanças com um projeto de dimensão reduzida que mais não conseguiu do que dividir entre si os destinatários consultados.

Vozes do CDS — Muito bem!

O Orador: — Tirará daqui o Governo as conclusões a que se vinculou tão claramente o partido maioritário na fase da campanha eleitoral?

Tudo leva a crer que não, relegado para segundo plano, como está, o propósito de concertação e sendo certo como é que as iniciativas do Governo quando sujeitas à consulta dos interessados só logram alcançar a unidade pela via negativa, ou seja pela via da oposição.

Assim está a acontecer de modo também eloquente com o projecto de lei de imprensa que não conseguiu até hoje despertar uma opinião concordante e que evidencia propósitos nítidos de controle de uma das liberdades que mais decisiva se tem mostrado no pós 25 de Abril.

E a tudo isto, que já não é pouco como sintomatologia preocupante da actividade governamental, junta-se uma falta manifesta do sentido do Estado por parte de muitos dos que foram escolhidos para integrar a equipa liderada pelo Dr. Mário Soares.

Para além da repetida tentativa de manipulação dos órgãos de informação e do uso de técnicas de contra-informação elevadas à dignidade de processos de resolução de conflitos no âmbito do Governo, o País foi há semanas surpreendido pelas notícias referentes ao processo de remuneração do Sr. Ministro da Cultura.

Perplexos, todos aguardámos que o assunto fosse esclarecido e, sendo caso disso, se eliminassem as causas das dúvidas, tudo acompanhado de uma explicação do Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do CDS — Muito bem!

O Orador: — Ao contrário, as explicações limitaram-se à publicação de algumas cartas nos jornais e ao anúncio de que se aguardava a produção de um parecer jurídico, para decidir em conformidade.

É caso para perguntar se não terá passado pela cabeça dos visados, e de quem dirige a equipa governamental, que o problema não é de natureza jurídica. O problema é obviamente político.

Vozes do CDS — Muito bem!

O Orador: — ... e a atitude do Sr. Ministro, por muito bem intencionada, põe em causa a independência

e a dignidade do Estado e dos seus servidores, ao nível do Governo.

Neste caso, a entidade que aparece a pagar as remunerações de um Ministro do Governo Português é a Fundação Gulbenkian cuja capacidade de identificação com o interesse geral não está em causa.

Mas se o problema fosse entendido como jurídico ninguém nos garantiria contra a invocação amanhã do precedente, para justificar a interferência de qualquer outra entidade, de carácter privado, também ela a pretender continuar a pagar o ordenado de um ministro, compensando-o em divisas dos prejuízos sofridos com a vinda para o Governo.

E por outro lado, como será possível, face aos argumentos invocados agora pelo Sr. Ministro Coimbra Martins, continuar a defender junto dos Portugueses a necessidade de suportar sacrifícios como meio de vencer a crise?

É imperioso, pois, que o Sr. Primeiro-Ministro explique ao País a situação do seu Governo e faça finalmente o discurso que durante tanto tempo apregou como indispensável sobre o estado da Nação, traçando um balanço do que já fez, e delineando as perspectivas fundamentais da política do Governo para o médio e longo prazos.

É de crer que a recente reunião com economistas, que teve lugar no Estoril, tenha finalmente tornado possível definir as políticas há tanto tempo anuncias, de modo a convencer os Portugueses de que o «Programa de Recuperação Financeira e Económica» e o «Programa de Modernização da Economia Portuguesa», são algo mais do que simples designações sem conteúdo destinadas a compor um texto que sem elas mais não seria do que um catálogo de desgraças.

O Sr. Luís Beiroco (CDS): — Muito bem!

O Orador: — De contrário justificar-se-á a afirmação de que o Sr. Primeiro-Ministro não dirige o Governo nem dirige a coligação, limitando-se a ocultar dos Portugueses os erros do primeiro e as insuficiências da segunda.

E é tanto mais urgente que o faça quanto é certo que começam já a ganhar corpo as vozes dos que entendem que face à aridez e desorientação reveladas por este Governo, o que está verdadeiramente em causa é o conjunto de soluções saídas da última revisão constitucional e que não encontram, também face a isso, melhor panaceia do que acrescentar o número dos partidos já existentes.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Como se a experiência das consequências funestas da pulverização partidária não fossem já suficientemente conhecidas dos Portugueses.

Disse.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado César Oliveira pediu a palavra para que efecto?

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Pedi a palavra para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado José Luís Nunes, mas antes, se me permite, Sr. Presidente,

corremos o risco — não sei se é essa a sensação dos outros senhores deputados — de morrer intoxicados com o cheiro a gasolina e a fuel que por aqui corre. De facto, prefiro ter frio a morrer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Eu posso dar uma explicação: foi detectada uma fuga na caldeira de aquecimento que já foi, no entanto, colmatada, mas extravazou fuel e daí este cheiro na Assembleia. Se os senhores deputados entendem que não se pode continuar a sessão com este cheiro ...

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Vai-se fazer o sacrifício, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Se faz o sacrifício, Sr. Deputado, muito bem, vamos continuar.

Sr. Deputado, estão outros senhores deputados inscritos, mas eu perguntarei depois a cada um deles o que é que pretendem.

Tem a palavra o Sr. Deputado César Oliveira.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, ouvi a sua intervenção com a atenção que ela merecia e queria pôr-lhe duas questões.

Primeira questão: a sua declaração política, pelo que julgo perceber, significa uma viragem no posicionamento do CDS em relação ao Governo, um curso diferente daquele que até agora o Dr. Lucas Pires imprimia ao CDS. É assim ou não, Sr. Deputado?

Segunda questão: o CDS teve os resultados eleitorais que teve e comprehendo que para poder constituir-se como alternativa ao Governo PS/PSD necessita, por um lado, de se afirmar contundente em relação ao Governo e, por outro lado, como só isso não lhe basta, necessite de «meter cunhas» entre a coligação, procurando destrui-la. Mas, como isso também não lhe basta, necessita ainda de tentar atrair senão todo o PSD pelo menos uma parte dele para o seu próprio terreno, sem o que não tem alternativa possível. Se calhar foi por esta razão que o Prof. Freitas do Amaral saiu a tempo e em beleza do CDS, porque viu onde nunca poderia chegar!

Gostaria de saber se isto é verdade e se for — e é lógico que o seja — poderá perguntar-se: por que é que o Sr. Deputado Nogueira de Brito se preocupa tanto em que o Sr. Primeiro-Ministro dirija eficazmente o Governo e a coligação? Parece uma contradição, mas não é! É que quanto mais o Dr. Mário Soares se afirmar como dirigente da coligação, mais chances tem o CDS de procurar arrastar o PSD, ou, pelo menos, uma parte dele, para o seu campo! É assim ou não, Sr. Deputado?

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Isso deve ser da gasolina!...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Nogueira de Brito, há mais oradores inscritos para pedirem esclarecimentos. V. Ex.^a deseja responder já ou no fim?

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — No final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, não fiquei surpreendido com a declaração política que acabou de fazer porque o CDS anunciou antecipadamente a intensificação da sua ação opositorista e nós sabemos que existem algumas dificuldades no interior do CDS, que se põem algumas interrogações quanto à liderança do seu actual presidente. Assim, naturalmente, este «forçar a nota» na atitude opositorista é uma maneira de estar na política e de o CDS superar algumas das suas dificuldades.

No entanto, pensamos que a oposição tem como dever criticar e apresentar alternativas e saudamos até este rasgo oposicionista do CDS neste momento, embora tenhamos algumas reticências e algumas objecções a colocar-lhe.

A primeira é se acha que «cavar» no terreno das relações entre a Igreja e o Estado, da maneira equívoca e errada como o fez, é uma atitude racional e correcta?

Penso que não e permito-me até citar-lhe uma frase de António Sérgio, que deve constituir um alerta para todos nós e que é a seguinte:

O problema da cultura, o problema da mentalidade é, se não me engano, um problema característico do Portugal moderno.

Ora, não queiramos nós recuar face a uma cultura e a uma mentalidade que se devem querer modernas, que se devem querer abertas, rebuscando em tabús ou em preconceitos que não podem, de forma nenhuma, honrar as convicções e os valores religiosos genuínos do povo português.

Penso até, Sr. Deputado Nogueira de Brito, que a sua intervenção é, sob o ponto de vista cultural, um recuo aparente de alguns sectores do CDS, na medida em que critica a coligação por não ser ideológica, por não ter uma sistematização ideológica. Então, quem defende o declínio das ideologias põe agora ênfase nas questões ideológicas no seio da aliança? Penso que isto é errado.

A aliança possui, naturalmente, um pensamento, uma ação, tem uma direcção indiscutível — que é feita pelo Sr. Primeiro-Ministro, Mário Soares — e pretende eficácia na ação governativa. Aliás, julgo que o PS e o PSD têm como objectivo fundamental não só resolver os problemas da crise que o País atravessa, mas também ser uma força de transformação histórica do País, de modernização da nossa sociedade e de desenvolvimento. Estes são os seus objectivos essenciais e são aqueles que nos norteiam.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Pensamos que algumas questões que suscitou, pela forma como o fez, não servem para debate político porque não clarificam os problemas. Por isso mesmo, julgo que a sua intervenção não foi uma contribuição positiva na actual situação da vida política portuguesa.

Não é por acaso que a sua intervenção carece de uma análise da situação económica e isso é significativo. Vivendo nós a crise económica que vivemos, queixando-se — e bem — as pessoas de dificuldades no seu dia-a-dia, é singular que nesta intervenção o CDS não tenha tocado no problema económico. Reconhece assim, e deste modo, que a política económica está a ser bem conduzida pelo Governo? Reconhece que o Governo está a obter êxitos no campo económico, designada-

mente no combate ao défice da balança de transacções correntes?

Sr. Deputado Nogueira de Brito, eram apenas estas as questões que lhe queria pôr.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, ao contrário do Sr. Deputado Carlos Lage fiquei um pouco surpreendido com a sua declaração política pela natureza das questões que abordou.

Na verdade, o CDS tem sido tão cordato com o Governo, como partido que não faz parte dele — nem lhe chamo partido da oposição —, que estranho por o CDS aparecer assim de repente a levantar estas questões, que não são questões de fundo e nisso estou de acordo com o que acaba de dizer o Sr. Deputado Carlos Lage, são questões muito superficiais.

O CDS não critica a política de fundo do Governo mas, ainda assim, pergunto porque é que estas críticas ligeiras são motivadas. O que é que cheira ao CDS? É só a gasolina, o óleo queimado ou cheira-lhe a divórcio na coligação governamental e quer constituir-se em alternativa para o casamento com uma das partes? Se é assim, com qual das partes e quais são as outras motivações?

Notei que o Sr. Deputado abordou algumas das questões que são motivo de divisão e de contradição dentro da coligação, mas evitou outras. Por exemplo, não falou da comunicação social, não falou dos conflitos que existem dentro da televisão, não falou da ANOP, não falou das eleições presidenciais. Será que o CDS tem o cuidado de não deitar — e uso uma palavra que vem a propósito da situação em que estamos — gasolina no fogo ou o CDS, mesmo querendo deitar gasolina no fogo, acha também que a questão das presidenciais é demasiado incómoda? As presidenciais são também um tema proibido nessa bancada? Gostaríamos de ouvir um esclarecimento da sua parte em relação a isto.

O Sr. Deputado falou da corrupção, referiu várias questões a nível da situação do Governo, que se podem discutir, e recordo que o CDS apresentou aqui, há já bastante tempo, um projecto de criação de uma comissão eventual para o combate à corrupção. Esperávamos que da parte do CDS fossem tomadas iniciativas no sentido de trazer essa questão ao Plenário, isto é, de se proceder ao agendamento do debate e votação desta comissão eventual. Porque é que o CDS não o fez até agora, se há razões que reforçam as razões que invocou na altura da apresentação desse projecto?

Finalmente, muito me surpreenderam os comentários que o Sr. Deputado fez à vida interna da Assembleia da República. E isto porque tenho presente que da parte do seu partido, na subcomissão que está a preparar a revisão do Regimento, tem havido uma total colaboração com os partidos da coligação governamental, no sentido da governamentalização da Assembleia da República ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

Vozes do PS: — Não apoiado!

O Orador: — ... e no sentido de se retirarem direitos à oposição.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Como é que se justifica agora que o Sr. Deputado venha aqui protestar contra isto, que será enfim, uma tendência dentro da coligação governamental? Afinal, qual é a posição do CDS em relação a esta questão?

O CDS tem muitas vezes ido além da própria coligação governamental na sugestão de restrições, na sugestão de medidas no sentido da governamentalização da Assembleia da República. Como é que o Sr. Deputado explica esta posição do seu partido?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito, para responder, se assim o desejar.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Face ao teor das perguntas que me foram formuladas, ou pelo menos de algumas, diria que o gás não é de gasolina ou de fuel, é talvez gás hilariante.

Na realidade, o meu amigo e Deputado Dr. César Oliveira ...

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Pode ser sem o Doutor!...

O Orador: — Fica bem!

Mas, como eu estava a dizer, o Sr. Deputado César Oliveira fala de viragem em relação à atitude do CDS face ao Governo. É verdadeiramente espantoso! O CDS sempre afirmou nesta Câmara, com enorme coerência, que, obviamente, está na oposição, sendo esta oposição exercida democraticamente e sem complexos.

Respondendo simultaneamente aos Srs. Deputados César Oliveira e Carlos Brito direi que quando o Governo propõe ou toma medidas que estão substancialmente de acordo com os princípios defendidos pelo CDS, este vota, sem complexos, com o Governo. O CDS não faz oposição por oposição, não faz oposição de rasteiras ou de golpes baixos, faz uma oposição de princípios que, aliás, ultrapassa o próprio Governo da coligação pois tem como dialogante o próprio sistema económico-social ainda delineado pela Constituição. É esta a posição do CDS.

Sr. Deputado César Oliveira, o CDS nunca esteve de acordo com o Governo quando as posições deste não estão de acordo com ele. Não há, portanto, nenhum golpe de rins, não há nenhuma mudança, há a permanência de uma atitude — que é a mesma de sempre — e há uma intervenção política que é suscitada por determinados sinais e factos que constituem uma preocupação para o CDS, como devem constituir uma preocupação para todos os portugueses. É por isso que esta intervenção tem lugar neste momento, aliás na sequência de intervenções que foram feitas por vários dirigentes do meu partido em dias anteriores, como sempre têm sido feitas desde que estamos na oposição.

Atrair uma parte do PSD? Namorar o PS? Namorar quem mais, Sr. Deputado? Não queremos namorar ninguém!

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Não falei no PS!

O Orador: — Peço desculpa, Sr. Deputado. É uma noiva a menos!

O CDS crescerá por si, porque está de acordo e em consonância com as forças mais autênticas da sociedade portuguesa. Já cresceu, já baixou e voltará a crescer, pode estar certo, Sr. Deputado César Oliveira! O CDS não precisa de fazer namoros a ninguém, Sr. Deputado, porque nós não cometemos esse erro e esse golpe baixo!

Não viemos aqui falar das dissidências existentes nos outros partidos, viemos falar das dissidências existentes na coligação porque, como portugueses, somos governados por um Governo saído dessa coligação e como oposição temos o direito e o dever de o fazer.

Agora, há ou não divisões no PSD? Não falámos nisso, não queremos atrair nenhuma das partes divididas e ignoramo-lo delicadamente!

Há divisões no PS, na comissão distrital A ou B? A criação de um secretariado político permanente no PCP tem o significado de alguma divisão interna? Não nos preocupamos com isso!

O Sr. Bento de Azevedo (PS): — E no CDS?

Risos.

O Orador: — O CDS está bem de saúde, muito obrigado, e recomenda-se!

Risos.

O Sr. Deputado Carlos Lage, que normalmente é uma pessoa delicada e respeitadora das regras, falou das dificuldades internas do CDS e responde-lhe como o fiz ao seu colega: o CDS está de saúde, esteja o PS na mesma! Já vimos o PS muito doente, com vários médicos à sua cabeceira e vamos lá a ver se não o vemos nessa situação outra vez! ...

Mas, Sr. Deputado, não estamos aqui a tratar disso. O que não queremos ver é o Governo doente e o País doente, também por causa do Governo. Por isso, é que hoje fazemos esta intervenção.

«Cavar» as relações entre a Igreja e o Estado?! Oh, Sr. Deputado! ...

O Sr. Carlos Lage (PS): — Eu disse «cavar» nas relações, no diferendo ...

O Orador: — «Cavar» nas relações entre a Igreja e o Estado?! No diferendo?! V. Ex.^a acha que há um diferendo?! Sr. Deputado, a iniciativa de fazer declarações sobre estes temas foi tomada há já algum tempo e aguardámos que elas fossem esclarecidas. Não foram e não podemos deixar de vir aqui lamentar que se esteja a «cavar» no correcto relacionamento entre a Igreja e o Estado, que se esteja a suscitar uma questão que o não era e que, porventura, por este meio, se esteja a dividir a família portuguesa.

Lamentamos esta situação, não estamos a «cavar» seja o que for, estamos a tentar preveni-los para que tapem o buraco, porque alguém já «cavou» mas não fomos nós!

Tabús e preconceitos, Sr. Deputado?! Não temos tabús ou preconceitos. Falei de factos, o Sr. Deputado

é que falou de tabús e preconceitos e sobre os factos que referi não disse nada, não deu nenhuma resposta, satisfatória ou não.

Falei de factos e o Sr. Deputado falou em tabús, em preconceitos e também em questões ideológicas! Sr. Deputado Carlos Lage, sei que V. Ex.^a não confunde ideologia com projecto de governo, muito embora este possa transmitir uma ideologia! O que eu disse, Sr. Deputado, foi que não há projecto nenhum nesta coligação e neste Governo, não entrei em questões ideológicas porque sei que muitas vezes a ideologia, para se conseguir este ou aquele projecto, tem que ser metida na gaveta! Não falei em ideologia, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Carlos Brito queria que eu falasse também da comunicação social, da televisão, etc. Realmente eu tinha queixas a fazer sobre todas essas matérias, simplesmente é tão grande o rol dos erros do Governo que numa intervenção política não poderia tratar de todos e, mesmo assim, só com a amabilidade do Sr. Presidente é que esta pode ser concluída.

Mas, de qualquer modo, tratei da comunicação social pois falei da lei de imprensa, que me parece ser, neste domínio, o principal facto com que neste momento estamos confrontados.

Quanto ao mais, diz o Sr. Deputado que eu não referi as presidenciais. De facto, não falei de «casos pensados», Sr. Deputado Carlos Brito, porque o falar das presidenciais — e quem constantemente delas fala faz isso — é outra forma de importar instabilidade para a situação presente.

As presidenciais vão realizar-se quando estiverem marcadas e quando forem apresentadas as candidaturas tomaremos posição.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Morda aqui a ver se eu deixo!...

Risos.

O Orador: — VV. Ex.^{as} agora falam nas presidenciais, mas esse é outro factor com que pretendem contribuir para a instabilidade e nisso estão coligados como, porventura, irão estar noutras oportunidades. Então perguntar-vos-ei se VV. Ex.^{as} estão a favor ou contra o Governo e a quem é que estão a fazer namoro ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado, se me dá licença, só uma pergunta: então esta sua declaração política foi uma contribuição para a instabilidade da coligação governamental? Foi para a estabilizar que V. Ex.^a interveio?!

Risos.

O Orador: — Sr. Deputado Carlos Brito, repito-lhe uma vez mais que foi para prevenir, porque o País não pode estar sujeito à instabilidade da coligação e daquela instabilidade que a coligação exporta para a sociedade portuguesa. Esta minha intervenção foi para me queixar, foi para canalizar uma crítica, que essa é a missão da oposição: canalizar as críticas da sociedade portuguesa pelas vias institucionais.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Está a ver como percebe! ...

Risos.

O Orador: — Nem mais!

Quanto ao resto, quero dizer-lhe que ainda esta semana, e num contexto que V. Ex.^a conhecerá, marcaremos e agendaremos a iniciativa correspondente ao projecto de resolução sobre o combate à corrupção. Se fica mais descansado, faça favor de ficar com a informação.

Aplausos do CDS.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — E sobre o Regimento não diz nada, Sr. Deputado?

O Sr. Presidente: — Ao que julgo para protestarem, inscreveram-se os Srs. Deputados César Oliveira e Carlos Lage.

Tem a palavra, Sr. Deputado César Oliveira.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o meu protesto tem o seguinte sentido: eu não disse que o CDS pretendia meter-se nos assuntos internos do PSD, que aliás — e isto não é nada comigo — tem estado calado nesta discussão toda. O que disse foi que V. Ex.^a, Sr. Deputado Nogueira de Brito, pretendia para o futuro separar o PSD do PS, ou pelo menos separar uma parte do PSD da coligação, porque era essa a condição que permitiria o regresso do CDS ao poder.

Mas já que V. Ex.^a falou em gases hilariantes, em substituição da gasolina tóxica que vem das caldeiras de aquecimento desta Casa, perdão-me V. Ex.^a, tenho que me rir bastante porque ficámos a saber, em primeiro lugar e depois das suas respostas, que afinal o CDS está interessadíssimo no reforço, na manutenção da coligação no poder e que é tal a preocupação que V. Ex.^a veio aqui à Câmara prevenir, dizendo: «Vejam lá se acertam as agulhas!».

Em segundo lugar, ficámos a saber que o CDS, particularmente V. Ex.^a, não pretende namorar seja quem for porque certamente no horizonte tangível vai agredir, conquistar os 42% ou 43% de votos de que precisa para voltar ao poder, isto é, o CDS basta-se sozinho e não precisa nada que a coligação se desfaçal

Sr. Deputado, isto dá vontade de rir.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que o Sr. Deputado Nogueira de Brito entendeu perfeitamente o que é que eu quis dizer quando disse que «o CDS procurava «cavar» no terreno das relações Igreja-Estado». O que queria dizer com «cavar» era especular, explorar esse terreno, quando o PS e o Governo têm manifestado uma atitude de total respeito pela Igreja Católica, como instituição, e pelos valores que ela professa. E as relações entre a Igreja e o Estado em Portugal são relações harmoniosas. Nada o PS tem feito, nem fará, para comprometer essas boas relações, que são naturalmente

uma contribuição à estabilização da sociedade portuguesa e da vida política de que o Sr. Deputado Nogueira de Brito se revelou um defensor.

Foi isso que disse e o Sr. Deputado compreendeu muito bem.

E quando falei em invocar tabús e preconceitos, V. Ex.^a também me entendeu. Não tenho tempo de, em 3 minutos, lhe explicitar exaustivamente o sentido exacto dessa afirmação. Dir-lhe-ei simplesmente que quis com isso referir-me, por exemplo, à questão da despenalização da interrupção voluntária da gravidez que, como o Sr. Deputado sabe, o PS propõe em 3 casos de conflitos de valores em que nem sequer a prevenção é possível através do planeamento familiar. E o Sr. Deputado Nogueira de Brito sabe perfeitamente que ficará à consciência de qualquer cidadão, designadamente à consciência católica, em casos desses em que há protecção igual do mesmo nível de atitudes e de valores que podem ser antagónicos. Aliás o Sr. Deputado Nogueira, permita-me que lhe cite, na sua intervenção disse apenas isto: «(...) toca com a defesa do direito à vida de cada um e às convicções religiosas». Ora a minha opinião tem aqui a ilustração desse pendor para uma certa confusão de valores e de situações.

Por outro lado e para terminar, visto que não tenho tempo em 3 minutos de replicar à sua intervenção que foi produzida em 14 minutos, quero apenas dizer que naturalmente no seio da Aliança há diferenças e dificuldades, mas não há, Sr. Deputado Nogueira de Brito, incompatibilidades, pois aquilo que aproxima e une os 2 partidos da aliança é muito mais importante do que aquilo que os divide.

A solidariedade é um valor fundamental, justamente porque o País precisa de ser governado com eficácia, precisa que a crise económica seja superada e, além disso, num prazo mais dilatado, precisa de uma profunda alteração das estruturas económicas e de mentalidades, reportando-me aqui novamente a António Sérgio.

E evidente que há diferenças no âmbito da coligação, há diferenças no âmbito do PS, há diferenças no âmbito do PSD. Este pluralismo é deseável e necessário e aquelas dificuldades que o Sr. Deputado Nogueira de Brito calcula que vão ser obstáculos intransponíveis para a aliança não o vão ser. Penso que, para bem do País, as dificuldades vão ser superadas e o País continuará a ser governado com rumo, com resultados.

Termino dizendo-lhe, mais uma vez, que o Sr. Deputado escamoteou a questão económica, resolvendo não responder à minha pergunta.

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Deputado César Oliveira, V. Ex.^a está muito preocupado com a minha preocupação sobre a saúde da coligação. Consideramos esta coligação como uma coligação que, como diria uma figura agora muito conhecida da televisão portuguesa, «nunca teve substrato».

Na realidade ela nunca teve substrato e sempre chamámos a atenção para o facto. O que sublinhei aqui foram os sinais evidentes dessa falta de substrato na coligação, vim exercer o meu direito de crítica e vim preocupado como qualquer português. Isto porque, se

em princípio estamos condenados a suportar esta coligação durante mais 4 anos ou até ao fim de 4 anos, fico preocupado pelo desastre que realmente se está a desenhar no horizonte.

Esta é uma intervenção que considero típica da oposição.

Quanto ao Sr. Deputado Carlos Lage, em primeiro lugar, congratulo-me com a sua afirmação solene de que nem o Governo nem os partidos da coligação vão «cavar» nesse terreno.

Por outro lado, Sr. Deputado, por antecipação, V. Ex.^a iniciou aqui a defesa do vosso projecto autónomo de despenalização da interrupção voluntária da gravidez — a que também se chama aborto. E com tanto afã o fez que quis dar aos deputados e ao público que aqui se encontra a ideia errónea de que ele está de acordo com a doutrina da Igreja ...

O Sr. Carlos Lage (PS): — Não foi nada disso. Sr. Deputado.

O Orador: — Pelo menos quis dar a entendê-lo.

Mas, de facto, não está. Na próxima semana vamos ter oportunidade de tratar do assunto e por aí se verá realmente essa «espantosa» coincidência e essas «boas» relações de que V. Ex.^a nos falava há pouco.

Quanto à sua defesa do substrato da coligação, ouvi-o, como sempre faço, atentamente, aliás tal como li a sua entrevista ao jornal *Notícias*, de onde de resto respiguei algum elemento da minha intervenção. Constatei então, Sr. Deputado, que V. Ex.^a usou algumas ou muitas palavras para defender a existência dessa substância da coligação, mas na realidade, quer agora, quer na entrevista, só conseguiu socorrer-se de uma citação de Sérgio — e eu direi que essa citação tem muito pouco a ver com o que se passa com a coligação.

V. Ex.^a sabe que realmente a coligação tem falta de substância e aos factos que apontei V. Ex.^a não replicou.

Diz o Sr. Deputado que não comentei a actuação do Governo no campo económico, mas eu fiz uma referência, que é a que me parece mais trágica: é que todos estamos desesperados a suportar os resultados da política conjuntural, que parece que já se ultrapassou naquilo que eram os seus próprios objectivos. e sem qualquer horizonte à nossa frente.

Manifestei a esperança e entendi que era obrigação do Primeiro-Ministro vir aqui urgentemente dizer-nos qual é nesta matéria a política do Governo, porque, Sr. Deputado, para além das receitas conhecidas do Fundo Monetário Internacional não conhecemos mais nada, a não ser os seus resultados.

A recuperação, no que respeita à balança comercial, já era conhecida desde o Governo da AD e, portanto, nada de novo nos é dado a conhecer. a não ser uma imensa austeridade, que estrangula o País, com uma ausência completa de horizontes.

É só isso que se passa.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Também para uma declaração política, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.º Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O MDP/CDE entregou, através do seu grupo parlamentar, um requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia da República onde se pedia que, junto das comissões competentes, fossem esclarecidas algumas questões que se revelaram cada dia mais pressionantes, no decorrer dos trabalhos desta Assembleia.

Trata-se, na verdade, de esclarecer qual a legitimidade, na Assembleia da República, de deputados eleitos como independentes representarem partidos políticos que não concorreram ao sufrágio, podendo pretensamente ser evocados como partidos de assento parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao dar conhecimento directo ao plenário da Assembleia da República desta iniciativa, o MDP/CDE esclarece que tal atitude foi por nós bem ponderada e que a tomámos porque apesar da existência de 5 grupos parlamentares, que indicam a presença de 5 partidos políticos, a Assembleia da República no seu funcionamento diário, nunca assumiu, sem ambiguidades, esta situação de facto. Situação, de resto, claramente expressa em acta da Comissão Nacional de Eleições, onde se pode ler (cito):

Os únicos partidos que devem ser considerados como tendo representação na Assembleia da República são os referidos no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 121 (suplemento de 26 de Maio de 1983), isto é (continuo a citar): o PS, o PSD, o PCP, o CDS e o MDP/CDE. Como tal (e continuo a citar), a UEDS, a ASDI e a UDP devem ser considerados a partir de 26 de Maio último como tendo deixado de ter representação parlamentar.

O MDP/CDE entende que a dignidade constitucional de um partido político não pode ser posta em causa por acordos interpartidários de natureza privada.

Este problema poderia ter sido levantado por qualquer outro deputado, partido ou simples cidadão eleitor; ao sê-lo pelo MDP/CDE traz eventualmente certo potencial especulativo fácil de captar pela comunicação social, mas traz também a autoridade de uma força política que, pelo seu tipo de actividade e pelo seu percurso histórico, não pode ser acusada de «partidarite» nem «clubismo».

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em 1974, o MDP/CDE foi obrigado, por imposição da lei eleitoral, a registar-se como partido político para poder concorrer às eleições. Aconteceu, porém, que nesta ampla frente eleitoral antifascista alguns que não pertencendo a nenhum dos partidos então legalizados, não querendo também optar por nenhuma das novas formações partidárias que a democracia tornara possível, entenderam que seria útil conservar, fora do peso partidário, um movimento político e cívico onde se tinham criado hábitos de trabalho em unidade, directamente ligado às populações, através dos sucessivos programas das suas comissões democráticas eleitorais.

Pensávamos então, e pensamos ainda hoje, que a democracia formal não contém em si a dinâmica suficiente que leve ao aprofundamento necessário de condições democráticas que possibilitem uma democracia

socialista eficazmente participada. Constantemente temos afirmado por isso que a democracia não se esgota nos partidos políticos.

Aceitamos, porém, necessariamente, as regras do jogo eleitoral estabelecidas, mas coerentes com o princípio político da democracia participada insistimos, tanto na feitura do primeiro texto constitucional de 1976 como na sua revisão em 1982, na proposta de listas de cidadãos eletores para todos os órgãos autárquicos. Nem em 1976 nem em 1982, a nossa posição teve acolhimento.

Isto não significa, porém, que não confiemos no jogo partidário, nada nos move contra os partidos políticos, não preconizamos o fabrico artificial de novos partidos, mas entendemos, e já o afirmámos em teses aprovadas em 1981 no nosso IV Congresso, que a reformulação dos partidos políticos hoje existentes parece inevitável.

A situação partidária em Portugal preocupa-nos, naturalmente, mas não nos leva à depreciação dos partidos, pelo contrário, defendemos a sua diversificação como forma de expressão mais flexível, capaz de contribuir para um progressivo ajustamento da clientela eleitoral à acção programática. Esse ajuste é para nós a única forma de evitar a frustração galopante que ameaça engolir a democracia.

Mas a acção intervintora das populações exige, para o MDP/CDE, ao mesmo tempo que a diversificação do poder e a flexibilidade das estruturas sociais, um Estado de direito onde a legalidade democrática seja o esteio seguro da liberdade dos cidadãos.

A perfeita e transparante legalidade constitucional dos órgãos de soberania é por isso para nós ponto relevante que totalmente condiciona o exercício da democracia.

Foi assim que em 1976 a hipótese de candidatura como independentes em lista de outros partidos se nos afigurou inadmissível, dado que a qualidade de independente é por nós entendida como pertença apenas daqueles cidadãos que não têm filiação partidária. Se os militantes do MDP/CDE tomassem tal decisão punham, consequentemente, em causa a própria ligação ao seu partido.

É longo e reflectido o caminho de uma força política que, sem verbalismos estéreis, procura acertar o seu passo pela sua verdade. Admitímos, no entanto, que outros partidos, com diferentes objectivos, diferentes linguagens políticas, cumpram diferentemente a sua própria verdade.

Admitimo-lo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, desde que a acção daí resultante não colida com os preceitos que marcam as regras do jogo democrático. A nossa busca de clarificação deverá entender-se neste sentido.

Assim também o Sr. Presidente da República, como órgão eleito pelo povo — cuja diminuição de poderes de intervenção foi um mau serviço prestado ao poder democrático —, deve a nosso ver consultar directamente o próprio povo, deve receber e ouvir as organizações sindicais, sociais, culturais e cívicas e deve ouvir todos os partidos políticos existentes no quadro democrático. Congratulamo-nos, com tal atitude, mas entendemos, porém, que quando o Presidente da República anuncia que irá ouvir os partidos com assento na Assembleia da República apenas poderá ouvir aqueles que ali estão representados tão claramente que não sejam possíveis confusões institucionais.

O MDP/CDE exige o equacionar de uma situação de atropelo dentro do funcionamento da Assembleia da República, lamentando, pelo seu significado, que uma clarificação não tenha surgido de forma espontânea, já que todos os advogados consultados fora desta Assembleia e reconhecidos pela sua competência e isenção, assim como alguns constitucionalistas e responsáveis políticos partidários, partilham pessoalmente do nosso ponto de vista.

Foi face a uma deterioração crescente e à superficialidade com que sempre foram acolhidas as nossas observações, nunca seriamente rebatidas nem seriamente ouvidas, que o MDP/CDE entendeu que a dignidade do seu trabalho nesta Assembleia lhe exigia que requeresse ao órgão competente a explicação de uma situação quanto a nós mantida até agora na maior confusão.

O MDP/CDE tem, para além de tudo, plena consciência de que os fenómenos nunca são casuais e de que as circunstâncias não vivem isoladas dos contextos. O clarificar situações é sempre exigência de situações pouco claras.

Quando o erro começa a pesar quer dizer que ele se adensa e por si próprio não se resolve. É então a hora de o interrogar, de o denunciar.

Foi isso que fizemos.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, chegámos ao fim do período de antes da ordem do dia e estão inscritos para pedidos de esclarecimento os Srs. Deputados César Oliveira, Hasse Ferreira e Vilhena de Carvalho.

Tenho na Mesa um pedido de prorrogação deste período por meia hora e, não havendo oposição, considero o requerimento deferido.

O Sr. Deputado César Oliveira pretende interpelar a Mesa?

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Estava a pedir a minha inscrição para o período de 5 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Entretanto, e para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Gomes.

O Sr. Joaquim Gomes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Completam-se amanhã 50 anos sobre o 18 de Janeiro de 1934, data que os trabalhadores vidreiros da Marinha Grande e também os trabalhadores de outros pontos do País se lançaram na luta para defender as liberdades sindicais ameaçadas pela ditadura salazarista.

Fins de 1933, foi o ano em que Salazar havia promulgado a sua *Carta di Lavoro*, ou seja o Estatuto de Trabalho Nacional, que significava a fascização dos sindicatos, mais concretamente a liquidação dos sindicatos livres. Cerca de 8 anos levou a ditadura para se decidir a atacar a fundo as liberdades sindicais depois de ter praticamente suprimido todas as outras. Tal facto não foi, obviamente, ocasional. Se outras razões não houvesse, esta bastava para confirmar que foi a classe operária, foram fundamentalmente os trabalhadores e praticamente só eles, que há meio século atrás, embora insuficientemente organizados e esclercidos, resistiram ao fascismo e à ditadura.

A greve geral de 18 de Janeiro de 1934 processou-se numa situação com muitas semelhanças à que estamos vivendo hoje. Tal como na época actual, o sistema capitalista atravessava uma gravíssima crise. E também como agora, os grandes capitalistas atiravam com as consequências da crise para cima dos trabalhadores. O número dos desempregados crescia assustadoramente. Os que continuavam a trabalhar eram brutalmente explorados. Os preços subiam continuamente, os salários reais eram cada vez mais baixos. Enfim, a fome e a miséria reinavam por todo o País. Também como nos dias de hoje as camadas da pequena e média burguesia, tanto rural como urbana, eram conduzidas à ruína e à falência. Perante uma situação de verdadeiro caos económico, a ditadura fascista liquidava uma a uma as liberdades, atacava os direitos dos trabalhadores, reprimia violentamente as suas lutas. Estes eram há 50 anos atrás os processos que o governo de Salazar encontrava para resolver a crise. E hoje que processos vem adoptando o governo de Mário Soares/Mota Pinto para enfrentar a crise? Além da violência repressiva contra os trabalhadores, também hoje o governo ataca os direitos sindicais, serve-se do divisionismo e da provocação, sempre com o objectivo de deixar os trabalhadores à mercê dos seus exploradores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A história não se repete. Há 50 anos os trabalhadores da Marinha Grande lançaram-se numa luta heróica, mas a realidade é que para o seu êxito não estavam criadas as condições fundamentais. Por isso foram derrotados, presos, torturados e condenados a longos anos de prisão. Nos dias de hoje, em condições diferentes, lutando os trabalhadores pelos mesmos objectivos, isto é, em defesa dos postos de trabalho, contra os salários em atraso e em defesa das liberdades e direitos sindicais, os trabalhadores têm a certeza que a vitória acabará por lhes pertencer. Há 50 anos foram para a cadeia os que tinham razão e lutavam por uma causa justa. Nos dias de hoje, acabarão por ser derrotados aqueles que, a mando dos imperialistas do FMI, condenam os trabalhadores ao desemprego e à miséria. A diferença é, pois, substancial.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O monumento evocativo do 18 de Janeiro de 1934, que amanhã vai ser inaugurado na Marinha Grande, será antes de tudo a justa e devida homenagem a todos aqueles que, há 50 anos, saíram à rua para enfrentar a ditadura fascista do grande capital e defender as liberdades. Será ao mesmo tempo a homenagem aos mortos do campo de morte lenta do Tarrafal e todos os que tombaram na luta contra os fascismo. Mas o monumento da Marinha Grande ficará também a recordar às gerações vindouras que as liberdades conquistadas com a Revolução de Abril têm atrás de si inúmeras vítimas, mortos e torturados. Foram milhares os presos que passaram pelos cárceres fascistas e que lá cumpriram milhares de anos de prisão. Enfim, sacrifícios de toda a ordem que jamais alguém saberá contar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eram na sua maioria membros do Partido Comunista os que fizeram o 18 de Janeiro, os que foram presos, condenados e assassinados. Foram sobretudo os comunistas que durante quase meio século povoaram as prisões fas-

cistas. Não se estranhe pois que o Partido Comunista Português preste nesta Assembleia homenagem aos combatentes do 18 de Janeiro de 1934.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado César Oliveira.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de começar a sessão pensei em intervir sobre o 18 de Janeiro de 1934, caso houvesse um prolongamento do período de antes da ordem do dia. Afinal não vou fazê-lo e gostaria apenas de, numa breve nota, prestar alguma homenagem ao Sr. Deputado Joaquim Gomes, já que não procurou associar inteiramente o Partido Comunista ao 18 de Janeiro de 1934, embora discorde da comparação que fez — a meu ver bastante abusiva — entre a situação que se vivia em 1934 e a que se vive hoje, pois não há nem estatuto nacional de trabalho, nem uma série de outras coisas.

De qualquer forma, vou deixar esse problema, pois a intervenção da Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura suscitou-me uma «mudança de agulha» na intervenção que tinha pensado fazer.

Já há uns dias que me interrogo sobre o que é que faz «correr» o MDP/CDE! O que é que faz com que o MDP/CDE considere que a dignidade do seu trabalho nesta Assembleia não está, pelos vistos, no próprio trabalho que efectua aqui, mas antes num facto exterior ao próprio MDP/CDE e que consiste afinal em impugnar a existência da ASDI e da UEDS aqui no Parlamento? Ou seja, a dignidade do MDP/CDE não decorre do seu próprio trabalho, decorre afinal de um facto exterior a esse partido! É curioso!

Vozes da UEDS e da ASDI: — Muito bem!

O Orador: — E já agora perguntava, pois foi uma ponderação muito longa aquela que conduziu a essa atitude, porque é que o MDP/CDE demorou 8 meses a ponderar a impugnação que agora vem fazer do nome dos agrupamentos parlamentares independentes, ASDI e UEDS? Podiam ser 9, foram 8 meses!

Nós não temos tempo de antena, nem representantes nos conselhos e órgãos de representação partidária da Assembleia da República, o que prova que não há nenhuma inconstitucionalidade na nossa presença, porque se houvesse obviamente a nossa situação seria outra.

Mas é claro que somos — e digo-o por nós e penso que com a ASDI também o mesmo se passa — um outro partido, com uma outra linguagem e com verdades diferentes. Assumimos isso inteiramente.

Será que a Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura quer que sejamos o agrupamento de parlamentares independentes do «assobio», «do Francisco da Silva», do «largo do pé-quebrado» ou uma coisa qualquer deste género? Ah, se calhar é isso que pretende e, portanto, o que lhe faz engulho é o nome! Mas temos a certeza que chamando-nos de diversos modos, com diversos epítetos, etc., nunca a nossa dignidade e o nosso trabalho aqui nesta Assembleia será devido a um mero sinal exterior de partido político que, pelos vistos, é aquilo que preocupa a Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura. Mas o que ainda mais preocupa o

MDP/CDE é, ao fim e ao cabo, uma questão ridícula e caricata, pois estão offendidíssimos por o Sr. Presidente da República ouvir a UEDS e a ASDI quando faz consultas à Assembleia. E inveja? Então porque é que o MDP/CDE não levantou exactamente o mesmo problema quando se tratava dos Reformadores? Porque é que o MDP/CDE nunca protestou nesta Assembleia ou fora dela por os Reformadores serem ouvidos pelo Sr. Presidente da República?

É por isso que me interrogo sobre o que é que faz correr o MDP/CDE! Não será pelo facto de se aproximarem as eleições presidenciais e porque lhe faz engulho que haja na área do socialismo democrático uma força coerente, uns deputados responsáveis que, criticando o Governo, não abdicam no entanto de uma certa posição política e do apoio que deverão prestar a quem quer que seja, no sentido de elevar à presidência da República um democrata e uma antifascista? Não será que o que o MDP/CDE quer é cortar-nos a voz, porque exactamente somos independentes e críticos em relação ao Governo, e porque o MDP/CDE, ou alguém por sua interposta pessoa, quer ficar com o exclusivo da crítica ao Governo? Não será o monopólio da crítica ao Governo que faz correr o MDP/CDE?

Tenho algumas perguntas a fazer na quinta-feira à Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura, mas não faremos uma declaraçāo política porque esta questão é mesquinha e não tem justificação política. É que se eu fosse do MDP/CDE, pensava que «se há uns deputados na Assembleia da República que são críticos em relação ao Governo, e têm-no sido, até conviria à minha estratégia política que se aprofundasse a crítica da área do socialismo democrático ao Governo de coligação». E então, faria o mesmo que o CDS fez há bocadinho. Mas, de facto, não é este o raciocínio que o MDP/CDE e a Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura fazem.

Aqui há uns anos, e a Sr.^a Deputada desculpar-meá se sou duro de palavras, o Sr. Deputado António José de Almeida nesta Assembleia, virando-se para o Ministro João Franco, disse-lhe:

Sr. Ministro, V. Ex.^a tem a mentalidade de um polvo de giro, educado num colégio de jesuítas.

Eu não vou tão longe, mas direi à Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura que ela tem a mentalidade de ser educada num colégio de freiras e numa escola do Komintern quando no período estalinista!

Aplausos da UEDS e da ASDI.

Entretanto, tomaram assento na bancada do Governo o Sr. Ministro da Administração Interna (Eduardo Pereira) e o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Armando Lopes).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, podemos passar ao período da ordem do dia.

Para um pedido de esclarecimento ao Sr. Ministro da Administração Interna está inscrito o Sr. Deputado Manuel Fernandes, a quem dou a palavra.

O Sr. Manuel Fernandes (PCP): — Sr. Ministro da Administração Interna, V. Ex.^a referiu na sua intervenção que as minhas palavras sobre a tristemente célebre visita do Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares, a Torres Vedras eram falsas ou menos verdadeiras, dizendo ainda que os protestos populares eram feitos por grupos que tinham vindo de Coimbra e, por último, que o Sr. Primeiro-Ministro se limitou a cumprir o percurso estabelecido pelo Sr. Presidente da Câmara. O que o Sr. Ministro disse é que é falso, porque já vê grupos de Coimbra por todo o lado, mesmo entre simples cidadãos de Torres Vedras. Por outro lado, o Sr. Primeiro-Ministro não cumpriu o programa da visita aprovado por unanimidade pela Câmara, porque este incluiu as zonas mais afectadas e que não foram visitadas, o que provocou os justos protestos de habitantes dessas zonas!

Vozes do PS e do PSD: — Não é verdade!

O Orador: — Será que o Sr. Ministro está a começar a ver grupos de Coimbra em todos os sítios em que o Sr. Primeiro-Ministro se mostra ao público? Ou será, Sr. Ministro da Administração Interna, que isto é um reflexo do descontentamento popular que se está a verificar de norte a sul do País?

Estas as questões que lhe queria colocar, e em resposta às palavras que ouvi há pouco de «não é verdade», afirmo que é mesmo verdade o que acabei de dizer.

Por último, Sr. Ministro, e dando-lhe talvez uma informação em primeira mão, queria dizer-lhe que hoje mesmo uma Câmara Municipal — a Câmara Municipal de Torres Vedras — onde o Partido Socialista está em maioria absoluta, aprovou por unanimidade, com a presença de todos os seus membros, uma moção que diz «que se consideram manifestamente insuficientes as verbas postas à disposição do município e que se elas não forem rapidamente revistas a situação financeira do município, já bastante grave, torna-se insustentável». Isto foi hoje aprovado em sessão ordinária da Câmara Municipal de Torres Vedras e, volto a dizer-lhe Sr. Ministro, por unanimidade!

O Sr. Presidente: — Como há outros Srs. Deputados inscritos para interpelarem o Sr. Ministro da Administração Interna, presumo que V. Ex.^a pretende responder no fim.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Ministro. Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Administração Interna, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Sr. Ministro da Administração Interna, curarei melhor a sua intervenção quando fizer a minha própria intervenção sobre este assunto, mas desde já gostaria de lhe pôr uma questão que tem que ver com a aprovação ou não por esta Assembleia da República do projecto de resolução proposto pelo Partido Comunista Português.

Na sua intervenção, e quase a abrir, V. Ex.^a diz, e quanto a nós bem, que se trata de um assunto suficientemente sério e grave para que todos nós,

autarcas, deputados e membros do Governo, trabalhemos no sentido de minorar os sacrifícios e os graves prejuízos para as populações. Mais adiante reafirma-o, dizendo que as responsabilidades do que sucedeu têm de ser repartidas pelas populações, pelos autarcas, pelo Governo e pelos deputados da Assembleia da República, e fecha assim:

Os Srs. Deputados não podem ficar de fora desta responsabilidade porque, na verdade, há muito a legislar nessa matéria e essa legislação não se encontra preparada.

Sr. Ministro, pelas suas palavras sou obrigado a tirar esta conclusão: na opinião pessoal do Sr. Ministro da Administração Interna a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP é uma iniciativa positiva, no sentido em que avança para a criação de uma comissão de solidariedade e apoio às vítimas dos temporais, comissão essa com carácter interdisciplinar e apontada para fazer face aos problemas que afigiram os concelhos administrados por determinadas autarquias, no tocante ao problema do ambiente, do saneamento básico, dos transportes, da habitação, passando, portanto, por diversas comissões da Assembleia da República. Por outro lado, e no terceiro ponto do nosso projecto de resolução, apontamos claramente para medidas legislativas no sentido de que tragédias deste tipo ou quedas pluviais um pouco mais intensas não possam mais ter as consequências que tiveram estas últimas, as de 1979 e as de 1967. Significa isto que o Sr. Ministro da Administração Interna está pessoalmente de acordo — e pergunto-lhe isto independentemente da decisão da Assembleia da República, pois ela é soberana para tomar a decisão que entender — e acha positiva a iniciativa parlamentar do PCP, no sentido de esta Assembleia da República, como órgão de soberania responsável, tomar as medidas necessárias e acompanhar a acção do Governo em colaboração com as autarquias para minorar, por um lado, as consequências das cheias e das inundações e, por outro lado, tomar as medidas legislativas a médio e longo prazo para impedir que tragédias destas ocorram no futuro?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Anselmo Aníbal pediu a palavra para que efectue?

O Sr. Anselmo Aníbal (PCP): — Igualmente para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Anselmo Aníbal (PCP): — Sr. Ministro da Administração Interna, como aqui já foi dito os subsídios só aparecem em letra do *Diário da República*, quando este projecto de resolução foi agendado pelo Grupo Parlamentar do PCP. Porém, o Sr. Ministro, no seu discurso de sexta-feira passada, não fez qualquer referência quanto aos critérios de distribuição das verbas. De facto, em relação às verbas previstas no Despacho Normativo n.º 7/84, o Sr. Ministro distribui verbas de 290 000 contos por uma forma que, no mínimo, é infundamentada! Refere-se a montantes globais dos problemas existentes nas autarquias, mas não identifica os critérios. Para quem conhece, minimamente, a extensão e o gravame das situações, os

milhares de contos distribuídos a Vila Franca de Xira e os milhares de contos distribuídos a Lisboa aparecem, de facto, como valores dissemelhantes com critérios totalmente díspares de distribuição.

O Sr. Ministro aproveitou também para anunciar, agora que está o projecto de resolução do PCP aqui em discussão, os 500 000 contos do Ministério do Equipamento Social e mais 500 000 contos do Ministério do Trabalho e Segurança Social. Ou seja, os cofres abriram-se e os subsídios aparecem nesta altura e com a Assembleia a discutir. Mas de igual forma não são identificados os critérios e é naturalmente infundamentada a indicação de tais prestações em subsídios. Por outro lado, estão neste momento 4 ministérios a tratar de subsídios e de linhas de crédito, polo que queríamos perguntar-lhe qual era o ministério coordenador, de que forma o faz e quais são os frutos dessa coordenação. Isto porque o que os municípios, as famílias, os comerciantes e os industriais sentem, é que os subsídios estão a chegar tarde e a más horas!

Por último, o Sr. Ministro da Administração Interna referiu e adjetivou as bonificações do Sr. Ministro Ernâni Lopes. Adjetivou as bonificações concedidas pelo Ministério das Finanças e do Plano como «ligeiras». Este «ligeiro» tom de crítica ao Sr. Ministro Ernâni Lopes é comum aos outros ministérios que abordou, ou seja, ao Ministério do Equipamento Social e ao Ministério do Trabalho e Segurança Social?

É isto que gostaríamos que esclarecesse.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Manuel Fernandes, eu não disse que o grupo que estava em Torres Vedras tinha vindo de Coimbra. Bem, é que eu penso que há mais do que um grupo! Era outro, mas o referido grupo estava na verdade não para falar de cheias, mas para protestar contra o Governo.

O Sr. Manuel Fernandes (PCP): — É falso!

O Orador: — E o Sr. Deputado percebeu isso tão bem, que 5 minutos antes de chegar o grupo abandonou a camioneta!

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

Protestos do PCP.

O Orador: — Sr. Deputado, eu ouvi-o e o senhor agora, por favor, deixe-me continuar. Eu estava na camioneta e há vários outros colegas e camaradas nossos que estavam lá também! Acerca-nos de uma determinada empresa já a caminho do local onde estava o helicóptero e quando quisemos falar com o Sr. Deputado já lá não estava! O que é verdade é que o Sr. Deputado nos acompanhou até um determinado momento e, depois, deixou de nos acompanhar — até pensei que o tivesse feito por ter ficado impressionado, tal como eu, pela forma como se estava a protestar contra o Governo.

Por outro lado, repito o que lhe disse: nós fomos recebidos numa camioneta da Câmara Municipal de Torres Vedras em determinado local, fomos para o helicóptero nessa mesma camioneta e fizemos todo o programa que a Câmara Municipal de Torres Vedras pôde — , repito — proporcionar-nos. Só pusemos uma questão: sair de Torres Vedras a tempo de podermos visitar Mafra!

Podíamos ter visto o que não vimos, talvez! Podíamos ter visto melhor algumas das coisas por onde nos passearam, talvez! Contudo, não fomos culpados de a visita não correr como o Sr. Deputado gostaria.

O Sr. Deputado Silva Graça quer uma opinião pessoal. Sr. Deputado, sou um respeitador dos privilégios e dos direitos desta Assembleia da República e ...

O Sr. João Amaral (PCP): — Para o que lhe deu!

O Orador: — De vez em quando sou assim!

Como estava a dizer, sou um respeitador dos privilégios e dos direitos da Assembleia da República e, portanto, aceito perfeitamente que uma comissão deste tipo se deva instituir em situações como estas. No entanto, apenas gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, que neste momento, dada a forma como os trabalhos já decorreram e visto tudo estar em marcha, a comissão perdeu um bocadinho o tempo de actuação.

Porém, como já referi, não vou entrar neste ponto, não tenho que me opor ou não me opor, e está dada a minha opinião pessoal sobre o assunto.

O Sr. Deputado Anselmo Aníbal voltou a insistir que os elementos postos pelo Governo à disposição das câmaras, dos moradores, das associações de bombeiros, das misericórdias, dos desalojados, etc, foram-no apenas porque o PCP tinha, ele próprio, apresentado uma resolução na Assembleia da República. Sr. Deputado, este Governo não anda, nem nas cheias, a reboque do PCP. Tudo isto já estava perfeitamente programado; tudo isto estava decidido. As primeiras reuniões iniciaram-se 24 horas depois de terem ocorrido as cheias, houve tempo para serem resolvidos determinados pormenores, houve até tempo de publicação no *Diário da República*, mas nada disto tem que ver com a tomada de decisão que é bastante anterior.

Em relação aos 9000 contos que os Srs. Deputados dizem que era a única verba que o Governo distribuía, devo dizer que essa foi uma verba atribuída para pagar às câmaras que dispenderam verbas especiais com a alimentação ou a instalação de desalojados. Quanto aos 291 000 contos, eles foram, pura e simplesmente, repartidos com base nos mesmos critérios que tinham sido estabelecidos numa reunião na Câmara de Loures para a repartição dos 500 000 contos.

O Ministério da Administração Interna, podendo lançar sobre a mesa critérios para a distribuição desta verba, entendeu não os lançar e aplicou às várias câmaras os mesmos critérios que na reunião de todos os municípios afectados — que foram 14 — na Câmara de Loures tinham sido decididos.

No entanto, o Sr. Deputado tem razão, pois houve uma excepção, na medida em que não se incluiu a Câmara de Lisboa. Portanto, procurou-se fazer um pequeno rateio para incluir a Câmara de Lisboa e o Ministro da Administração Interna, cioso dos poderes e prerrogativas das câmaras municipais, consultou o Sr. Presidente da Câmara de Lisboa.

Os critérios das verbas do Ministério do Equipamento Social, resultam da distribuição dos 500 000 contos por um programa apresentado pelo Ministério do Equipamento Social com a enumeração de todas as obras que se tornaram necessárias fazer — suponho que, embora ultrapassando os 500 000 contos, não os ultrapassava em muito. Era de 600 000 ou 700 000 contos a estimativa inicial e foram entregues 500 000 contos para fazer reparações de estradas, pontes, condutas de água, etc., tudo na área do Ministério do Equipamento Social.

Quanto ao Ministério do Trabalho, devo informar que houve reuniões no Governo Civil de Lisboa e no Governo Civil de Setúbal entre os pequenos comerciantes e uma equipa do Ministério do Trabalho, e as decisões foram tomadas em conjunto e respeitadas pelo Governo.

O Sr. Deputado também perguntou se há 4 ministérios a trabalhar. Devo dizer que realmente há 4 ministérios a trabalhar e que o Governo desta vez preferiu não estabelecer uma comissão *ad hoc*. Nas últimas cheias que tivemos em Portugal, o diploma regulador da distribuição de auxílio apareceu 8 meses depois das cheias. Porem, este apareceu 1 mês e pouco depois das cheias, porque se baseava nos próprios departamentos existentes e se apoiaava neles.

Em relação a saber se existe algum ministério coordenador devo dizer que sim: é o Ministério da Administração Interna através do Serviço Nacional de Proteção Civil.

O Sr. Deputado referiu ainda que eu adjectivei as verbas do Sr. Ministro Ernâni Lopes como «ligeiras» e pergunta se ligeiras são todos os outros. Ora, eu referia-me à quantidade das verbas e disse até que elas representavam cerca de 50 % das listas feitas. Na verdade, foi a verba possível, embora, pessoalmente e pelos elementos que tenho, me pareça que cobrirão praticamente a totalidade, porque as listas foram elaboradas com algum exagero.

O Sr. Manuel Fernandes (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para formular um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Fernandes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para fazer um protesto, porque o Sr. Ministro na sua intervenção procurou insinuar que eu me teria retirado do autocarro por estar impressionado com o que se estava a passar em relação aos protestos do Governo. Sr. Ministro, realmente tenho conhecimento dessas suas expressões porque V. Ex.^a as fez logo nessa altura no autocarro. No entanto, devo dizer que não foi isso o que se passou. Os protestos só se verificaram quando o autocarro em que vinha o Sr. Ministro e o Sr. Primeiro-Ministro se ...

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Deputado, isso foi uma forma de manifestar a minha insatisfação, ou seja, lamentar que o senhor tenha

ficado na cidade e não nos tenha acompanhado ao helicóptero, pois tinha sido uma viagem agradável.

O Orador: — Bem, Sr. Ministro, esse seu cuidado também me dá vontade de rir!

Em relação a essa questão do novo grupo que V. Ex.^a agora referiu, o grupo de Torres Vedras, gostaria de lhe dizer que é preciso ter em conta que as pessoas que lá estavam são habitantes daquela zona, habitantes que viram as suas coisas destruídas, homens e mulheres que viram as suas casas e o seu comércio completamente destruídos e que não conseguiram compreender porque motivo é que uma delegação governamental de tão alto nível, como aquela em que estavam os Srs. Primeiro-Ministro, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Administração Interna, esteve parado à entrada do bairro Arenes à espera do autocarro para ir visitar os administradores da Casa Hipólito — porque não foi a Casa Hipólito que foi visitada —, e não aproveitaram esses minutos em que estiveram à espera para irem ver situações gravíssimas, situações de desastre autêntico que se verificaram naquela zona.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Foi isso o que essas pessoas não puderam compreender. São essas as pessoas do chamado «grupo de Torres Vedras».

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, há mais Srs. Deputados inscritos para protestar. V. Ex.^a deseja responder já ou no fim?

O Sr. Ministro da Administração Interna: — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra o Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — O Sr. Ministro da Administração Interna apareceu subitamente como respeitador dos privilégios e direitos da Assembleia da República. Curiosa afirmação esta de um Ministro que apresentou em Setembro um pacote de autorizações legislativas em matéria de poder local — matéria tão melindrosa e de reserva da Assembleia da República —, quando já estámos em fins de Janeiro e ainda nem um decreto saiu.

Mas vamos ao assunto em questão! Em relação ao assunto em questão o Sr. Ministro responde de uma maneira altamente ambígua. Ora, eu gostava — por isso faço o protesto — que fosse mais claro em relação a ele.

O Sr. Ministro disse que aceita que se deveria criar a comissão, mas ao mesmo tempo diz que ela perdeu actualidade. Mas então perdeu actualidade por culpa de quem, Sr. Ministro? Nós apresentámos o projecto de resolução relativo às cheias no dia seguinte às catástrofes que se abateram sobre os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, e foram os deputados do Partido Socialista e do Partido Social-Democrata que impediram a discussão e votação imediata dele. Esta é a primeira nota que tenho que fazer perante a Assembleia da República.

A segunda nota que tenho que fazer, Sr. Ministro, é que infelizmente o projecto não perdeu actualidade. Exemplo disso são os números que o próprio Sr. Mi-

nistro citou na sua intervenção, 2500 pessoas continuam desalojadas; ficaram totalmente destruídas 517 habitações e não se conhece nenhum programa de reconstrução dessas habitações; ficaram danificadas mais de 1500 habitações; houve estragos em infra-estruturas avaliados em 7,3 milhões de contos, dos quais 1,5 milhões de contos da responsabilidade da administração central e 5,8 da administração local — enfim, um conjunto gravíssimo de problemas ainda por resolver.

Sr. Ministro, o projecto de resolução que apresentámos não foi votado imediatamente por culpa dos deputados da maioria e, infelizmente, por incompetência do Governo. O projecto de resolução continua completamente actual.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para corrigir, sob a forma de um protesto, uma afirmação feita pelo Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Presidente: — Fica inscrito, Sr. Deputado.

Ainda para formular um protesto ao Sr. Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Anselmo Aníbal.

O Sr. Anselmo Aníbal (PCP): — O Sr. Ministro referiu há pouco que toda esta série de despachos normativos e de anúncios que têm sido feitos estariam planificados há muito tempo, e que não foi nem o projecto de resolução nem a intervenção do PCP que tornou isto assunto de primeira página.

Ora, só queríamos lembrar que o Despacho Normativo n.º 6/84, conhecido pelo despacho dos 9000 contos, surge na véspera da discussão na Assembleia da República e o Despacho Normativo n.º 7/84, dos 290 000 contos, surge no dia da discussão na Assembleia da República. É no decorrer da própria discussão na Assembleia da República que o Sr. Ministro anuncia aqui os valores dos Ministérios do Equipamento Social e do Trabalho e Segurança Social. Quem despoleta quem? Quem faz surgir nas páginas do *Diário da República* os despachos? Naturalmente que o Sr. Ministro pode dizer que eles estavam planificados desde 19 de Novembro. Simplesmente, a realidade ou, pelo menos, a coincidência faz com que eles tenham surgido nas datas da discussão aqui na Assembleia da República.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Isso é um pura coincidência!

O Orador: — Em segundo lugar, o Sr. Ministro faz uma referência infundamentada aos critérios. O Sr. Ministro deve achar que os critérios do poder são os critérios do poder e que as justificações podem ser justificações do alto do seu Ministério que tem, aliás, uma céreza relativamente baixa.

Gostaria, pois, de lhe dizer, Sr. Ministro, que as fundamentações dos actos administrativos têm que ser cada vez mais rigorosas e têm que ter a perfeita justificação dos critérios utilizados. A justificação que V. Ex.º aqui indica para o Ministério do Equipamento Social e para o Ministério do Trabalho e Segurança Social, para já não voltar a referir o Despacho Normativo n.º 7/84, da sua autoria, é de facto uma justificação de menos.

Registámos ainda que V. Ex.º faz uma crítica, com um certo sabor a póstumo, ao actual Vice-Primeiro-Ministro Mota Pinto, que em 1979 era Primeiro-Ministro daquele que foi o governo propedéutico aos Governos da AD de triste memória, quando refere que o Ministério Mota Pinto demorou 8 meses a responder legislativamente às cheias de Fevereiro de 1979.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Deputado Manuel Fernandes, penso que há pouco mais a dizer. Lamento que o nosso programa ou a nossa visita não o tenha satisfeito completamente, mas quero deixar bem vincado que não houve nada de propositado ao contrariar a sua ideia de visita.

Em relação ao Sr. Deputado Silva Graça gostaria de lhe dizer que na vida tudo é relativo. O Sr. Deputado diz que há 2500 desalojados e toda uma série de problemas. Mas há 700 000 fogos a menos e talvez uma comissão de especialistas em habitação — como penso que é o Sr. Deputado Silva Graça — tivesse mais interesse, mesmo que resolvesse pouca coisa sempre resolia pouca coisa de 700 000 enquanto que uma comissão destas, se vai resolver pouca coisa de 2500, acaba por não resolver nada. Talvez o Sr. Deputado Silva Graça nos deixasse a nós, Governo, estas pequeninas coisas e se pudesse preocupar com a Assembleia e com os grandes problemas do País.

O Sr. Deputado Anselmo Aníbal diz que teve conhecimento das verbas através do despacho publicado. O Sr. Deputado fala pouco com os autarcas e tem que falar mais com eles, pois poder-lhe-ão dizer que tudo isto já estava decidido, já que nos acusaram de termos decidido por decidir mas que não publicávamo. Agora o Sr. Deputado vem-nos criticar por termos publicado.

Em relação ao 8 meses que o Ministério Mota Pinto demorou para responder às cheias de 1979, devo dizer que apenas constatei uma realidade. Quanto ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro Mota Pinto posso anunciar o seu grande empenho em resolver este problema em 1983, pelo acompanhamento que teve de todos os trabalhos, pois foi em parte por acção sua que num mês conseguimos pôr cá fora todos estes documentos.

O Sr. Presidente: — Para um protesto em relação ao Sr. Deputado Silva Graça, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — O Sr. Deputado Silva Graça afirmou que este ponto não foi agendado por culpa dos deputados da maioria.

Como a expressão culpa implica a ideia de negligência, seria bom que o Sr. Deputado Silva Graça soubesse que não houve nenhuma negligência dos deputados da maioria, nomeadamente os do Partido Socialista, em relação a este assunto. O que houve sim foi a análise política e a intencionalidade de que a criação desta Comissão, não passando de uma forma demagógica de encarar o problema, não tinha que ser agendada. Não a agendámos por falta de culpa ou por negligência, mas sim porque pura e simplesmente não quisemos intencionalmente agendá-la.

É bom que o Sr. Deputado Silva Graça tenha consciência disso e que não nos impute erros para além dos nossos próprios erros.

O Sr. Presidente: — Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — O Sr. Deputado José Luís Nunes estreia-se mal nas suas novas funções no Parlamento.

O Sr. Deputado esquece-se que, em Fevereiro de 1979, foi o Partido Socialista quem apresentou um projecto de resolução para a criação de uma Comissão de Solidariedade para com os sinistrados das cheias de 1979. Então, das duas uma, Sr. Deputado: ou o PS fazia demagogia em 1979, ou o Partido Socialista está a tentar escamotear a questão e tem hoje uma visão completamente diferente deste problema só porque está no Governo.

Sr. Deputado, V. Ex.^a terá que esclarecer a Câmara sobre este assunto.

Quanto à actualidade ou não actualidade da questão, sugiro que o Sr. Deputado José Luís Nunes pergunte à Administração da RTP porque razão hoje à noite o programa «Grande Reportagem» vai tratar do problema das cheias.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Luís Nunes pede a palavra para que efete?

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Para responder aos pedidos de esclarecimento formulados pelo Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Presidente: — Não pode, Sr. Deputado.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Posso sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Pode?! Então indique a norma regimental que o permite, se faz favor.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Não tenho presente o número do artigo, mas o Regimento diz que se pode pedir a palavra para dar ou pedir esclarecimentos.

O Sr. Presidente: — Mas na devida altura, Sr. Deputado.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Neste caso concreto...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado fez um protesto, houve o contraprotesto, pelo que acabou!

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tenho muita pena mas acabou!

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. residente, neste caso concreto o Sr. Deputado Silva Graça deixou duas perguntas no ar ...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado responderá às duas perguntas na devida altura e não agora!

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Pedi ao Sr. Deputado Silva Graça que me autorizasse a interrompê-lo, mas não autorizou.

O Sr. Presidente: — Lamento, Sr. Deputado, mas agora não pode usar da palavra.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A proposta de resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP teve, pelo menos, o mérito de trazer ao Plenário desta Assembleia a discussão de uma questão importante, como é a das calamidades que ocorreram na região de Lisboa-Setúbal, como consequência das cheias e inundações verificadas no passado mês de Novembro.

As consequências das cheias e inundações são tanto mais graves quanto mais deficiente é o planeamento urbano, quanto menos o desenvolvimento da construção respeita as condições hidrográficas e de escoamento dos terrenos, quanto menos apropriadas à densidade urbana e às concentrações industriais são as redes de esgotos existentes. Quando os sistemas urbanos estão próximos da ruptura, quando não são respeitadas as relações entre as regras urbanísticas e as bacias hidrográficas, quando não se prevêem as eventuais variações de níveis freáticos de forma suficientemente rigorosa, qualquer cheia ou inundaçao pode ser pesada de consequências.

Assim, nós pensamos, o Agrupamento Parlamentar da UEDS defende que se prossigam e aperfeiçoem os estudos tendentes a prevenir este tipo de situações. Nós pensamos, o Agrupamento Parlamentar da UEDS defende que as autarquias, designadamente as câmaras municipais, encarem com a maior prudência e o maior respeito pelas condições naturais as autorizações de construção, os loteamentos, os projectos de novas urbanizações ou os desenvolvimentos de urbanizações existentes, bem como a legalização de habitações construídas clandestinamente. O desrespeito pelas condições naturais, a inadequação entre o desenvolvimento dos processos de urbanização e as condições hidrográficas e orográficas, a falta de rigor e de qualidade na construção, cedo ou tarde, pagam-se caro, muito caro, em dinheiro e, não poucas vezes, em vidas humanas.

Por outro lado, e para não falarmos só do que deveria ter sido feito e não foi, refiramo-nos aos problemas emergentes das situações criadas pelas cheias e inundações.

Não iria pronunciar-me criticamente sobre a actuação das câmaras em cujos municípios se verificaram inundações ou cheias nem sobre a actuação do MAI. Iria apenas dizer, no que concerne à cidade de Lisboa, que, tanto quanto sei, na medida em que me encontrava no estrangeiro, e sem procurar avaliar o trabalho ou a respectiva eficácia do Sr. Presidente da Câmara de Lisboa ou de outros vereadores, por não ser este talvez o local mais adequado para tal, sei que os meus colegas socialistas deram o melhor do seu esforço e empenhamento na resolução dos problemas emergentes das cheias e inundações. Aliás, numerosos funcionários e corpos especializados, como os Bombeiros e a Policia Municipal, também se empenharam condigna e denodadamente na resolução das difíceis situações geradas.

Mais não direi sobre isto, já que não quero também eu contribuir para, num caso como este, agudizar as rivalidades entre partidos e grupos. Mas foi citada aqui na sessão anterior, a Câmara Municipal de Lisboa e mal ficaria com a minha consciência se não dissesse pelo menos o que disse.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Voltando à questão de fundo, diria que há, pois, que resolver completa e cabalmente os problemas emergentes das consequências das cheias e inundações. Estamos convictos de que câmaras, governos civis e MAI serão perfeitamente capazes de os resolver. Assim o queiram! Mas nada temos contra o seu acompanhamento, no âmbito da Assembleia da República, por uma Comissão parlamentar vocacionada para essa tarefa. Assim como penso que a importância dos problemas focados no início desta minha intervenção e que têm a ver com a própria prevenção de cheias e inundações também é merecedora de acompanhamento, no quadro desta Assembleia, por uma Comissão parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Que dizer então sobre esta concreta proposta de resolução? Que nos identificamos com as preocupações nela expressas, parecerá óbvio. Que reconhecemos o significado relevante de a Assembleia da República acompanhar estes problemas, parece-nos um dever afirmá-lo.

Mas — e aqui é que a porca torce o rabo — pensamos, por um lado, que a multiplicação de comissões eventuais nesta Assembleia não facilitará o estudo aprofundado dos problemas. E daí se deduzirá que, apenas a título excepcional, deveremos aprovar a criação de comissões *ad hoc*.

E neste caso o que se verifica? Que os objectivos visados pela proposta se enquadram em horizontes temporais e em planos diversos. Assim, o abrangido pelo ponto 2, que se refere à reparação e atenuação dos danos, releva a competência essencial das autarquias e do MAI e tem claramente um horizonte de curto prazo, enquanto que o abrangido no ponto 3, tem obviamente um horizonte de médio prazo e releva das competências não só das autarquias, como de diversos serviços e departamentos enquadráveis na área global do Equipamento Social e Ambiente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: Tudo visto e ponderado, sendo favorável à consecução dos objectivos visados na resolução proposta, pensamos, pensa o Agrupamento Parlamentar da UEDS que os objectivos referidos poderão ser com vantagem prosseguidos pelas já existentes comissões parlamentares, por elas próprias ou através da criação de subcomissões, especialmente as de Administração Interna e Poder Local no que concerne aos aspectos focados no ponto 2 do projecto de resolução, e a de Equipamento Social e Ambiente, a quem competirá, em nosso entender, designadamente o estudo, propositura e análise da grande maioria das medidas legislativas referidas no ponto 3 do projecto de resolução.

Por isso, concordando com os objectivos explicitados neste projecto de resolução, pensamos que a melhor forma de os procurar satisfazer será concretamente rejeitá-la, impedindo a criação desta comissão que nada resolverá, dado o carácter híbrido que apresenta.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — O Sr. Deputado Hasse Ferreira fez uma intervenção algo confusa para tirar uma conclusão clara: a de que a UEDS vai votar contra a criação desta comissão proposta pela minha bancada.

Fez uma intervenção confusa porque no diagnóstico falou de problemas de fundo e de problemas importantes mas sem avançar com soluções. Falou da construção ilegal e clandestina, mas não falou das medidas legislativas para pôr cobro a essa construção ilegal e clandestina; não se referiu à importância, fundamental neste momento — e os municípios não têm esse instrumento à mão —, da aprovação de planos directores, os quais aguardam anos e anos até que o Terreiro do Paço dê luz verde; não falou do controlo do solo urbano, que é fundamental para os municípios, com vista à gestão correcta do solo urbano e a capacidade expropriatória dos municípios.

São assuntos muito importantes e sérios que, no longo prazo que referiu, devem ser tratados por esta Assembleia da República. Daí o carácter de longo prazo desta comissão ser perfeitamente pertinente.

Em relação ao curto prazo, o projecto de resolução do PCP é, tão-só, um projecto que aponta, dentro dos princípios constitucionais, para o acompanhamento da acção do Governo e das autarquias nesta matéria. Não há qualquer ultrapassagem ou intromissão na autonomia do poder local nem nas competências do Governo.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, a incompetência do Governo, bem revelada ao longo deste mês e meio, mais obriga a que esta Assembleia da República crie esta comissão no sentido de lançar por diante os planos necessários para que as populações vejam os males e as consequências das intempéries minoradas.

Por fim, Sr. Deputado, penso que não lhe ficou bem — particularmente porque nesta Assembleia estão outros vereadores da Câmara Municipal de Lisboa — fazer um elogio à acção, tão-só, dos vereadores socialistas naquela Câmara. O Sr. Deputado, que também é vereador desta Câmara, sabe muito bem que os vereadores da Aliança Povo Unido estiveram nos Paços do Concelho desde a primeira hora e foram aos locais dos sinistros, enquanto não se sabia do presidente da Câmara Municipal de Lisboa — subitamente tinha desaparecido o superpresidente do CDS. O Sr. Deputado sabe perfeitamente que a Câmara Municipal de Lisboa funcionou, não por direcção do seu presidente e do seu órgão executivo fundamental, não funcionou pela Aliança PS/CDS/PSD que vigora na Câmara Municipal de Lisboa, mas sim porque o Serviço de Bombeiros e a Polícia Municipal funcionaram independentemente da vontade ou não do superpresidente (ou não superpresidente) do CDS, o qual apareceu tarde e a más horas, e só quando soube que os vereadores da Aliança Povo Unido estavam todos nos seus gabinetes ou visitavam os locais do sinistro.

Faço só esta nota — e reparem que ainda não me tinha referido à Câmara Municipal de Lisboa — porque penso não lhe ter ficado bem chamar só a si e aos seus companheiros do Partido Socialista a grande virtude das acções extraordinárias — que não o foram — da Câmara Municipal de Lisboa no que toca às intempéries.

Mas, em vez de discutir os problemas da Câmara Municipal de Lisboa, gostaria que o Sr. Deputado respondesse às seguintes questões: por que é que a UEDS vai votar contra e o que pensa das medidas de fundo, em termos de longo prazo, para resolver este problema que tanto aflige, não só o distrito de Lisboa, como também o País em geral?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hasse Ferreira, há mais inscrições. V. Ex.^a deseja responder já ou apenas no fim?

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Prefiro responder já, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Deputado Silva Graça, sei que V. Ex.^a é capaz de achar que alguém tenha o monopólio das intervenções claras, mas Deus, a Providência ou quem for, não me deu a presciênciia de aceitar uma escola de pensamento que clarifique completamente a minha ideologia e que permita que as minhas intervenções tenham aquela cristalina transparência que outras intervenções terão. Lamento, penitencio-me, mas estou aqui por vontade dos eleitores e, portanto, confusa ou claramente, falarei tanto como qualquer outro dos 249 deputados.

Vozes da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — É evidente que o projecto de resolução tem um texto pobre e o objectivo é híbrido, misturando planos de actuação, pelo que não mereceria da minha parte, como merecerá um projecto de lei, uma intervenção mais profunda.

Apenas procurei sair da discussão sobre quem é que se apeou do autocarro e se o Sr. Ministro vai ou não ao programa de televisão, e chamar a atenção para o facto de haver outros mundos para além daquele onde estávamos. O Sr. Deputado diz que é pouco, mas é mais do que alguns Srs. Deputados, concretamente da sua bancada, fizeram.

Penso que também é importante o controle do solo urbano. Mas julguei que tivesse ficado claro que medidas legislativas desse tipo devem ser discutidas na Comissão do Equipamento Social e Ambiente, visto que o Sr. Deputado, ao pretender criar esta comissão, mais não está do que a criar uma fonte permanente de conflito, já que terá que ouvir 2 ou 3 comissões.

É puramente por razões de funcionalidade desta Assembleia que votaremos contra este projecto. Por isso afirmei que nos identificávamos com os objectivos aqui explicitados — não estou a fazer juízos de intenção sobre eles —, mas pensamos que não é desta forma que se deve resolvê-los. É, tão-só, isto.

Quanto aos outros problemas — controle do solo urbano, construção clandestina, etc. —, entendemos que quem se deve pronunciar é a Comissão do Equipamento Social e Ambiente e, no que respeita às autarquias, a Comissão de Administração Interna e Poder Local, podendo-se criar subcomissões.

Saiba o Sr. Deputado que, na Comissão de Administração Interna e Poder Local, achei mal que um debate deste tipo se processasse antes de vir ao Plenário? Penso, todavia, que o Plenário deve clarificar

a sua orientação quanto a isto e que as comissões devem funcionar neste âmbito. Isto porque me parece incorrecto misturar a resolução de problemas concretos de auxílio às pessoas e às instituições carentiadas com a questão das medidas legislativas de fundo. Uma coisa é tratar dos problemas que surgiram e outra é a discussão aprofundada de quais as medidas legislativas que o vão resolver. Juntá-las na mesma comissão obrigaría à criação de 2 subcomissões dentro dessa comissão *ad hoc*, as quais iriam analisar de forma diferenciada estes problemas — cada uma das subcomissões teria de se reportar à comissão que, por sua vez, ou reportaria ao Plenário ou então ouvir-se-ia directamente cada uma dessas subcomissões.

Ora, duvido que este funcionamento seja o mais eficaz. VV. Ex.^{as} acham que não é e por isso subscreveram o projecto; eu acho que sim e por isso não o posso votar.

Quanto à Câmara Municipal de Lisboa, é muito simples. Se o Sr. Deputado tivesse ouvido com atenção a minha intervenção — a culpa talvez não seja sua porque se notava um certo ruído de fundo — teria reparado que eu disse o seguinte: quem aqui trouxe à colação a questão da Câmara Municipal de Lisboa foi o Sr. Deputado, dizendo que na sessão anterior funcionou muito mal.

Eu estava na União Soviética, pelo que não assisti ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo já terminou.

O Orador: — Lá por falar na União Soviética espero que não me vão cortar a palavra!

Risos.

O Sr. Presidente: — É o Regimento que lhe corta a palavra, Sr. Deputado.

Mas, de qualquer forma, pode continuar e só lhe peço que seja breve.

O Orador: — Obrigado, Sr. Presidente.

O que disse foi só isto: sem me pronunciar sobre o trabalho ou eficácia do Sr. Presidente ou de outros vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, não poderia deixar de aqui testemunhar a minha homenagem à Polícia Municipal, ao Corpo de Bombeiros e aos meus colegas.

O Sr. Deputado e o Sr. Vereador Gomes de Pinho, este com o mandato suspenso, falarão dos outros.

Todavia, foi aqui dito que a Câmara Municipal de Lisboa funcionou mal e eu referi o que não funcionou mal. Cada um que diga quem acha que funcionou bem. Mas para um debate detalhado temos a câmara municipal.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Silva Graça pede a palavra para que efeito?

O Sr. Silva Graça (PCP): — Para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Fica inscrito, Sr. Deputado.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Machado Lourenço.

O Sr. Machado Lourenço (PSD): — Sr. Deputado Hasse Ferreira, gostei da sua intervenção porque tocou em alguns pontos que também defendo, especialmente no respeitante aos motivos das cheias, enumerando alguns que são realidades.

Gostava, no entanto, de lhe fazer uma pergunta muita rápida: considera ou não considera válido a saída da Resolução n.º 2/84, do Conselho de Ministros, que cria um grupo de trabalho no âmbito do Ministério da Qualidade de Vida, para estudar todos estes problemas e apresentar soluções?

O Sr. João Amaral (PCP): — Essa é boa! Então o Governo pode criar um grupo de trabalho e a Assembleia não pode?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hasse Ferreira, está ainda um Sr. Deputado inscrito para um protesto. V. Ex.º quer responder já ou apenas no fim?

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Deputado Silva Graça para fazer o seu protesto.

O Sr. Silva Graça (PCP): — O Sr. Deputado Hasse Ferreira é livre de fazer todas as intervenções que quiser, confusas ou claras, mas eu também sou livre, como deputado, para tirar as conclusões que bem entender.

Quando o Sr. Deputado se pronuncia sobre o sentido de voto relativo a um projecto de resolução tão importante, em relação a um assunto de tanta gravidade para milhares e milhares de portugueses e para uma região como a região de Lisboa, o mínimo que se pode exigir é que, na argumentação justificativa do seu sentido de voto, haja alguma clareza, o que não aconteceu da sua parte.

Era só isto que lhe queria dizer sobre a sua intervenção confusa ou menos confusa, mais clara ou menos clara.

O Sr. Deputado diz que a comissão a criar seria uma fonte de conflito? Mas fonte de conflito aonde, Sr. Deputado? Então a Assembleia da República não tem, à luz do texto constitucional, funções de acompanhamento e fiscalização da acção do Governo? E isso é, de alguma forma, fonte de conflito?

Isto prende-se com outra pergunta que aqui quero deixar sob a forma de protesto: O Sr. Deputado está de acordo com o que o Governo fez ou não fez até agora em relação aos graves problemas resultantes das cheias e intempéries? Acha que foi eficaz a acção do Governo? Acha que um despacho a dar 9000 contos na quinta-feira e mais 290 000 contos, a fundo perdido, na sexta-feira, precisamente nos mesmos dias em que a Assembleia da República tinha agendado a discussão deste problema, não revela que o Governo está a ir a reboque de um projecto de resolução? Não acha que é coincidência a mais?

E, por fim, devo dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado: A Câmara Municipal de Lisboa é um órgão autárquico muito importante, eleito pelo concelho de Lisboa e constituído por 1 presidente e 16 vereadores, mas os Serviços da Câmara Municipal são uma coisa completamente diferente.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que a Câmara Municipal de Lisboa, enquanto câmara de presidência do CDS, funcionou muito mal e alguns serviços daquela câmara funcionam muito mal.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — E se referi essa questão foi, tão-só, porque quando citei alguns exemplos de municípios que funcionaram bem — dei o exemplo de Cascais, de Sintra, de Loures, da Amadora —, o CDS protestou imediatamente perguntando por Lisboa. Nessa altura respondi-lhes: Lisboa, através do seu presidente, pouco fez e muito mal!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sectarismo!

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Deputado Hasse Ferreira deseja responder, tem a palavra.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Em relação ao Sr. Deputado Machado Lourenço, agradeço a gentileza das suas referências e a minha resposta é rápida: considero.

Quanto ao Sr. Deputado Silva Graça, V. Ex.º não entendeu, ou não quis entender, o que eu disse, embora agora o barulho da Câmara fosse menor.

O problema é que estes assuntos, para serem discutidos com detalhe em comissão especializada, levam algum tempo, e não é com intervenções de 5 ou 10 minutos que os vamos resolver, já que são razoavelmente complexos. Há estudos sobre estas matérias que demoraram anos a fazer, razão pela qual devem ser analisados profundamente e não ao fluir demagógico de uma ou outra resolução que se tira da aldeira.

Apenas procurei aflorar algumas dessas questões.

O problema é o seguinte: eu penso que este mecanismo em concreto, ou seja, esta comissão parlamentar — e não a Assembleia da República — é que não me parece ser o mais eficaz. Criar esta comissão *ad hoc*, quando existem outras nesta Assembleia que podiam — e podem — acompanhar este problema, pode não facilitar a sua resolução. Pareceu-me que, pelo menos, este aspecto, tinha ficado claro.

O Sr. João Amaral (PCP): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Bem, eu hoje estou contra os «amarais»: Mota Amaral, Freitas do Amaral, João Amaral ... Mas, faça o favor de dizer, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Não diga mais, Sr. Deputado, eu cedo-lhe o nome.

A questão que lhe queria colocar é a seguinte: o Sr. Deputado conhece a comissão eventual desta Assembleia relativa às cheias de 1979 e sabe que ela não só fez numerosas visitas a diversos locais, como estudou e entregou um relatório circunstanciado profundo medidas concretas no plano prático da reparação dos danos e no plano das medidas legislativas necessárias. Tratava-se, como é óbvio, das cheias na área da região do Ribatejo, fundamentalmente.

Portanto, o Sr. Deputado considera que esta comissão teve um trabalho inútil?

O Orador: — Sr. Deputado João Amaral, é evidente que podem existir comissões que façam um trabalho mais útil e outras que façam um trabalho menos útil.

Na actual situação desta Assembleia e neste caso concreto — portanto, em relação a estes factos concretos e ao tipo de medidas de apoio e intervenção que são exigidos, no balanço que o nosso agrupamento parlamentar fez de tudo isto —, parece-nos que não é positiva a criação desta comissão neste momento. É apenas este o problema.

É evidente que a Assembleia da República tem todo o direito — e achamos até muito bem que o faça — quer de acompanhar os trabalhos de apoio às vítimas das cheias, quer de decidir sobre as medidas legislativas a tomar quanto a este problema. Contudo, não nos parece necessária a criação desta comissão. É uma escolha que fazemos... pode ser que nos enganemos, admitimos, mas pensamos que uma comissão deste tipo pode ser neste momento prejudicial.

Quanto ao problema da Câmara, parece que tudo apareceu devido a um equívoco. Como eu disse, tudo surgiu de um diálogo extremamente rápido entre o Sr. Deputado Silva Graça e o Sr. Deputado Gomes de Pinho, vereador, com o mandato suspenso, da Câmara Municipal de Lisboa.

Embora não me queira debruçar com detalhe sobre este assunto, fiquei com a clara ideia de que o Sr. Deputado tinha dito «funcionou mal». E disse taxativamente «funcionou mal» globalmente, sem fazer a distinção com a mesma clareza com que agora fez, porque de contrário provavelmente eu não tinha dito nada. Ora, como ouvi que a Câmara Municipal de Lisboa «funcionou mal», pareceu-me que isso poderia ser injusto e quis aqui fazer uma precisão. Se o Sr. Deputado agora faz essa precisão, então a questão é outra. Como eu disse, eu sou o menos autorizado para falar porque não estava em Portugal. Portanto, como se diz nos tribunais, trabalho por «ouvir dizer». Essas são as informações que tenho. Parece até haver alguma coincidência...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Afinal não há precisão nenhuma. Há é uma precisão total!

O Orador: — O Sr. Deputado quer interromper-me?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Era um aparte e já acabei!

O Orador: — Se me quiser interromper, eu autorizo.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não era para si, mas para o Sr. Deputado Silva Graça, que quer ter um feudo pessoal!

O Orador: — Então não é nada comigo!

Penso, em resumo, que respondi às questões que me colocaram. Penso que o debate sério destas questões e das medidas legislativas necessárias para evitar que venham a suceder calamidades deste tipo merece ser um debate aprofundado, quer aqui no Plenário, quer nas comissões parlamentares.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, chegámos à hora regimental do intervalo, pelo que está suspensa a sessão.

Eram 17 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 40 minutos.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PCP está a terminar uma reunião, pelo que requeiro a interrupção da sessão por 15 minutos.

O Sr. Presidente: — É regimental, pelo que está suspensa a sessão.

Eram 18 horas e 41 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou fazer uma curta intervenção sobre o projecto de resolução apresentado pelo PCP.

Na sexta-feira da semana anterior à semana passada, se não estou em erro, foi posto à nossa consideração o problema do planeamento urbanístico na área metropolitana do Porto.

Hoje, volvidos 10 dias sobre essa intervenção, da autoria do Sr. Deputado Carlos Lage, a questão é-nos posta de novo a propósito da área metropolitana de Lisboa e no quadro da enorme tragédia que atingiu tão duramente as populações por ocasião das cheias do último mês de Novembro.

Aparece-nos pela mão do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e sob a forma de um projecto de resolução tendente à criação de uma comissão eventual de solidariedade e apoio às vítimas das cheias e temporais.

A iniciativa tem precedentes nesta Câmara, com a existência e funcionamento de comissões eventuais com a mesma finalidade.

Não vemos, por isso, que haja nada de funcional a opor.

Simplesmente, o projecto na sua formulação vai longe de mais e, simultaneamente, fica aquém do que seria conveniente e útil.

Vai longe de mais porque atribui à comissão competências que se situam — ou podem vir a situar-se — para além do âmbito da Assembleia da República, como é o caso das actividades de estudo e proposta, principalmente quando ligadas ao acompanhamento das medidas adequadas, tal como se prevê no n.º 2 do projecto.

Nessa parte e porque não aceitamos a confusão de poderes entre esta Assembleia e o Executivo, votaremos contra.

A proposta fica aquém do que seria conveniente e útil porque ignora o papel de fiscalização da Câmara e nada propõe em matéria de inquérito às causas de ordem urbanística que contribuíram em alguns casos para desencadear os acontecimentos trágicos e noutras os agravaram consideravelmente.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É fundamental que se trace um panorama completo da situação que tem vindo a permitir a repetição da tragédia, em 1967, em 1978, em 1979 e agora em 1983.

E conhecida a situação, é preciso tomar medidas adequadas, aí se situando, em nosso entender, o n.º 3 do projecto.

Algumas dessas medidas terão necessariamente a ver com o ordenamento do território e o planeamento urbanístico — e aí se regressa ao tema da área metropolitana.

Esperemos que da actuação desta Assembleia, em colaboração com as autarquias e o Governo, possa ao menos resultar o desbloqueamento do plano da área metropolitana de Lisboa e, daí, do da área metropolitana do Porto.

Finalmente, é lamentável que se aproveite este tipo de questões tão sérias e que se prenda com o sentimento das populações, para interferir na autonomia do poder local e trazer ao Plenário da Assembleia da República, em nítida confusão de competência, uma vez mais, problemas internos das câmaras municipais e das vereações.

Queria, finalmente, anunciar que, em consonância com a nossa intervenção e com o voto que nos promos fazem, o CDS vai apresentar imediatamente na Mesa uma proposta de alteração à proposta de resolução apresentada pelo PCP.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, ouvi a sua curtíssima intervenção na qual, depois de ter feito já hoje uma declaração política dizendo e focando as contradições que reinam no seio da maioria e afirmando-se como partido da oposição, em concreto no tocante ao projecto de resolução, o Sr. Deputado nada ou pouco avança em relação aos argumentos já aduzidos pelo PSD, por alguns deputados do Partido Socialista e de outras bancadas.

A questão concreta que lhe quero pôr é a seguinte: o Sr. Deputado Nogueira de Brito, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, reivindica para a sua bancada a importância do problema do ordenamento do território e do planeamento urbanístico. Quem somos nós para contestar isso? Sempre o defendemos e estamos completamente de acordo consigo. Simplesmente, Sr. Deputado, uma coisa são as palavras que se dizem no Parlamento ou numa Câmara e outra são os actos concretos que o partido em questão, neste caso o CDS, aplica.

Dou-lhe só um exemplo: como sabe, o ordenamento do território passa pela execução e pelo planeamento urbanístico dos concelhos. Não sei se o Sr. Deputado terá conhecimento de que a Câmara de Lisboa tinha criado em 1976-1979 um Gabinete de Ordenamento Urbano, fundamental para rever o Plano Director da Cidade de Lisboa, publicado em 1977, pelo Sr. Engenheiro Eduardo Pereira então Ministro da Habitação, e que uma das primeiras medidas que a Câmara, presidida pelo presidente do CDS, tomou quando foi empossada em 1980 foi, pura e simplesmente, «meter na gaveta» e liquidar por completo esse mesmo Gabinete de Ordenamento Urbano.

Digo-lhe mais, Sr. Deputado, hoje a Câmara Municipal de Lisboa, que o Sr. Deputado não vai contestar que é uma câmara central na área metropolitana de Lisboa, talvez seja das poucas câmaras onde não existe qualquer planeamento urbano, onde a gestão é feita avulso, onde se interfere aqui e acolá sem ter em conta minimamente, seja ele bom ou mau, o Plano Director da Cidade de Lisboa, publicado em 1977. E a Câmara do CDS que dá o exemplo de ter ou não ter em conta, de todo em todo, o Plano Director da Cidade de Lisboa.

Hoje, em substituição do Gabinete de Ordenamento Urbano, que tinha como função fundamental rever o Plano e adaptá-lo às circunstâncias actuais, criou-se uma coisa que dá pelo nome de COPRADE, cuja função é a de recuperação das áreas degradadas, que nós sabemos muito bem o que é ...

Ponho-lhe esta questão: não há uma profunda contradição entre aquilo que disse e a prática do CDS, muito em particular na câmara da capital que é da vossa presidência?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Nogueira de Brito, não há mais inscrições para pedidos de esclarecimento, pelo que lhe vou dar a palavra para responder se assim o desejar.

Tem, pois, V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — O Sr. Deputado Silva Graça apostou com certeza em reduzir o País à escala da capital. Quis, não digo meter o Rossio na Rua da Betesga, mas transformar o Parlamento na Câmara Municipal de Lisboa. Insistiu nessa tónica durante vários pontos das suas intervenções feitas a propósito deste projecto de resolução e volta agora a insistir.

Recuso-me, Sr. Deputado Silva Graça, a deixar desviar a discussão para esse tema porque não temos de interferir na competência da Câmara Municipal de Lisboa e nas discussões que devem desenvolver-se no seu âmbito. Portanto, não lhe vou dizer qual é a orientação dos municípios da Câmara de Lisboa, nomeadamente que orientação concreta tomaram em relação ao Plano Director de 1977, porque essa discussão deve ser feita na própria Câmara Municipal de Lisboa e eu respeito a sua autonomia.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Salientei, e tenho vindo a salientar, a partir da intervenção que no Plenário foi feita pelo Sr. Deputado Carlos Lage, do Partido Socialista, a importância da aprovação e implementação de planos das áreas metropolitanas, não querendo de forma ne-

nhuma interferir através deste interesse com a autonomia e a independência que, do ponto de vista urbanístico, deve caber às câmaras municipais. Mas, se o plano da área metropolitana tem alguma coisa a ver com o plano director de cada um dos centros urbanos que se integram na área metropolitana, ele é, simultaneamente, uma coisa distinta. Por outro lado, se ele deve perceber ou deve seguir-se ao plano dos centros urbanos, isso é qualquer coisa que corresponde aquela discussão da precedência entre a galinha e o ovo.

O que queria salientar era que a sua intervenção seria mais positiva se o Sr. Deputado, em vez de se preocupar em esgrimir com as divergências ou com a oposição entre o CDS e o PCP, na Câmara Municipal de Lisboa, se conjugasse na preocupação que aqui devíamos manifestar — porque esse é um tema que na realidade transcende todas e cada uma das câmaras municipais — sobre a importância dos planos directores, pois as consequências graves da inexistência de um plano director são do tipo daquelas que hoje constituem aqui o motivo principal da nossa preocupação.

Era esta a resposta que lhe queria dar, Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Peço a palavra para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra

O Sr. Silva Graça (PCP): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, com todo o respeito da autonomia do poder local que o Sr. Deputado diz ter, penso que o mínimo que se pode exigir do CDS é saber o que se passa na sua casa.

Quem reduziu o País à escala da área metropolitana de Lisboa foi o Sr. Deputado na intervenção em que falou nela e na área metropolitana do Porto.

O Sr. Deputado não vai contestar que existe uma macrocefalia regional em Lisboa e no Porto e que, dentro dessa macrocefalia regional, existe uma macrocefalia concelhia na área metropolitana de Lisboa. Não vai com certeza dizer que é arrumando na gaveta uma plano director e dissolvendo um gabinete da importância do Gabinete de Ordenamento Urbano, que iria funcionar em articulação com todos os concelhos do distrito de Lisboa e, a Sul, com os concelhos necessários do distrito de Setúbal, que é o melhor processo de levar à prática aquilo que em palavras diz defender.

É que, Sr. Deputado, é muito simples vir para o Parlamento dizer que é preciso ordenar o território, aprovar planos directores, articular os planos directores, encarar o problema das regiões, articular os concelhos e, depois, nos pontos fundamentais, funcionar exactamente ao contrário nos municípios que são da vossa responsabilidade.

Sr. Deputado Nogueira de Brito, o problema de Lisboa é um problema que nós herdámos. Não fui eu que trouxe a macrocefalia de Lisboa à Assembleia da República. Ela existe e é um facto que não podemos esconder.

Mas não é com medidas como aquelas que foram tomadas na Câmara Municipal de Lisboa — e tem pleno cabimento dizer isto hoje e aqui na Assembleia da República —, em que não há qualquer tipo de

plano de urbanização, em que a cidade de Lisboa é gerida avulso não sendo articulada com os municípios vizinhos, que o Sr. Deputado na prática vai conseguir resolver os problemas de fundo e que, afinal, estão subjacentes ao projecto de resolução por nós apresentado.

Fiquei com a ideia, contudo, mas aguardo a proposta de alteração do CDS ao nosso projecto que o vosso grupo parlamentar se inclina a votar favoravelmente ou não, não sei, o ponto 3 do projecto de resolução e gostaria que o Sr. Deputado me desse alguma informação sobre esse aspecto.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Nogueira de Brito, V. Ex.^a deseja responder na forma de um contraprotesto?

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Desejo sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — O Sr. Deputado Silva Graça continua a insistir. Não sei o que é que lhe hei-de fazer! ...

O que acontece é o seguinte: ao falar nos planos das áreas metropolitanas não reduzi o problema. O problema foi referido como tendo-se produzido — e todos nós o sabemos — predominantemente na área metropolitana de Lisboa. Portanto, era correcto referir e manifestar aqui a preocupação do meu partido pelo plano da área metropolitana de Lisboa e é correcto e oportuno recordar à Câmara que ela pode tomar iniciativas que conduzam a soluções concretas no caso dos planos das áreas metropolitanas. Mas já é incorrecto trazer à Câmara as preocupações do Plano Director da Cidade de Lisboa e da implementação desse Plano, pois isso é que é reduzir o problema. E é, curiosamente, reduzir o problema à um dos concelhos que, dentro da área metropolitana de Lisboa, foi menos atingido pela tragédia que nos traz aqui hoje preocupados na Assembleia da República. É curiosa esta tendência natural para distorção dos problemas que o Sr. Deputado Silva Graça tão bem utiliza por parte da sua bancada.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Logo no dia seguinte às inundações e cheias que prestigiam diversos concelhos dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, apresentámos na Assembleia da República um projecto de resolução no sentido de ser criada uma comissão eventual de solidariedade e apoio às vítimas das cheias e temporais.

Os partidos da maioria, porém, tudo fizeram no sentido deste projecto não ser discutido nem votado. Ainda hoje ouvimos o actual líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista dizer, com clareza, à Câmara que o fizeram por acharem completamente desnecessária a criação dessa comissão, contrabatendo e contradizendo aquilo que o mesmo Partido Socialista tinha feito em 1979, ao criar uma comissão de solidariedade relativa às vítimas das cheias e temporais de então.

Indiferentes à catástrofe, alhearam-se deste grave problema.

A nossa persistência no sentido de o projecto ser discutido e votado obriga esta Câmara a fazê-lo com um mês e meio de atraso.

Contudo, e como ficou demonstrado pelo meu camarada Manuel Fernandes, este projecto de resolução mantém-se, infelizmente, perfeitamente actual. E mantém-se actual porque o seu triplo objectivo continua na ordem do dia, a saber: em primeiro lugar, é fundamental o problema da solidariedade para com as vítimas das intempéries, que são milhares; em segundo lugar, continua a ser essencial estudar, propor e acompanhar, em colaboração com o Governo e as autarquias dos concelhos atingidos, as medidas adequadas à reparação e atenuação dos danos, e convém dizer claramente que não há no nosso projecto de resolução qualquer ultrapassagem das competências da Assembleia da República nem qualquer intromissão à autonomia do poder local; em terceiro lugar, é necessário estudar as medidas a adoptar, designadamente no plano legislativo, com vista a prevenir e enfrentar as consequências inerentes a quedas pluviais e outros cataclismos.

É um projecto de resolução que se integra perfeitamente nas competências da Assembleia da República e que, a ser aprovado, só significaria este órgão de soberania.

Os que votarem favoravelmente assumem com clareza as suas responsabilidades perante as populações atingidas e o povo português em geral; os que votarem contra não só revelarão o seu desinteresse pelos sinistrados, como demonstrarão também a consideração que têm ou não pelas competências desta Câmara claramente expressas constitucionalmente.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate havido até este momento permite-nos tirar desde já algumas conclusões, a saber: primeira, 2500 pessoas continuam desalojadas; segunda, ficaram totalmente destruídas 117 habitações; terceira, ficaram danificadas cerca de 1500 habitações; quarta, os estragos em infra-estruturas foram avaliados em 7,3 milhões de contos dos quais 1,5 milhões de contos são da responsabilidade da administração central e 5,8 milhões de contos da responsabilidade da administração local. O Sr. Ministro só não disse como fez a repartição dos estragos e como chegou aos números que competem à administração local e que competem à administração central. Penso que era um esclarecimento importante a dar à Câmara.

Os estragos no comércio, na indústria e na agricultura foram avaliados em cerca de 5,5 milhões de contos. Estes números, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não foram fornecidos por nós, mas pelo Sr. Ministro da Administração Interna, e, portanto, pelo menos por parte dos deputados que apoiam o Governo, não deverão merecer contestação. Partindo mesmo do princípio de que foram calculados por baixo, os números são preocupantes.

Ficámos a saber mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados: ficámos a saber que o Sr. Ministro queria que as autarquias locais, e disse-o na sua intervenção, fizessem em 15 dias — aliás, o Serviço Nacional de Proteção Civil tinha alertado para a possibilidade de

inundações e cheias tal como se verificou — que os diversos governos, tanto o actual como os que o antecederam, ao longo de anos e anos não foram capazes de executar, ou seja, as medidas e as obras necessárias por forma a minorarem e mesmo anulararem as consequências de quedas pluviais mais intensas.

Mais uma nota: O Sr. Ministro fez uma declaração extremamente curiosa que não poderei deixar em claro, ou seja, disse que a natureza está contra este governo.

• *Risos do PCP.*

Repto: disse que a natureza está contra este governo.

Vendo fantasmas em todo o lado descobri e sublinho — pasme-se! — «que as águas pluviais caíram mesmo em cima das casas», exactamente nas portas das traseiras, Sr. Ministro.

Está escrito na sua intervenção.

Não fossem os dramas de toda a ordem que as cheias provocaram e esta sua frase provocaria uma gargalhada nacional!!! Mas desde já, devo dizer-lhe, Sr. Ministro, que fica no anedotário político, concorrendo seriamente com Tomás de Triste memória e com Abecasis, infelizmente, ainda actual.

Então o Sr. Ministro não sabe que em Fevereiro de 1979 as chuvas também caíram bem em cima das casas, particularmente no concelho de Lisboa?

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Palavra de honra!

O Orador: — Não sabia? Não me diga, Sr. Ministro! Não sabia que a chuva caiu pelas traseiras e pela frente das casas?!

Então o Sr. Ministro quer fazer crer a esta Câmara que este governo também tem a natureza contra ele? Não brinquemos com coisas sérias, Sr. Ministro! ... Que é um governo contranatura, lá isso é, mas por outras razões e não por razões da natureza, como invocou.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mais uma nota que me parece importante: afirmou-se que o Governo tem escassos meios — sendo a interpretação da Câmara de que se tratava de meios financeiros — para fazer face a tragédias deste tipo. Mas então os temporais não ocorreram durante a discussão do Orçamento do Estado para 1984? Não foi durante a discussão do Orçamento do Estado que apresentámos na Mesa da Assembleia da República o projecto de resolução agora em discussão? Nessa altura esta Assembleia não estava a tempo e em condições de reforçar as verbas necessárias para o efeito?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Foi exactamente com esse objectivo que propusemos uma verba de 5,7 milhões de contos a introduzir na dotação provisional.

Que fizeram os deputados da maioria e o Governo que hoje dizem que não há meios financeiros para fazer face às cheias? Votaram contra a proposta do PCP em termos de Orçamento do Estado. Não venham

agora queixar-se de que não têm verbas, Sr. Ministro da Administração Interna ... A proposta foi feita atempadamente porque, infelizmente ou felizmente, os temporais — e houve temporais! — ocorreram durante a discussão do Orçamento do Estado.

Falou também nas linhas de crédito postas ou a pôr à disposição dos sinistrados e das autarquias totalizando 5,5 milhões de contos, subdivididos em 3 fatias: uma de 2 milhões de contos, outra de 3 milhões de contos e outra de 500 000 contos em dinheiro, transferidos directamente às autarquias. Juntou-lhe mais 500 000 contos para o Ministério do Equipamento Social e outras verbas menores provenientes de organizações estatais: 30 000 contos da Cruz Vermelha, 100 000 contos da Fundação Gulbenkian, etc.

Confessou que os estragos podiam atingir 14 milhões de contos, mas que só estavam cobertos — e mal, dizemos nós, muito mal cobertos — 50 % da verba necessária.

Acresce que, exceptuando as verbas a fundo perdido, as linhas de crédito neste momento no montante de 300 000 contos — 9000 contos na passada quinta-feira e mais 290 000 contos na passada sexta-feira, o que perfaz cerca de 300 000 contos claramente despolados por este projecto de resolução — estão a um juro tão elevado (27 % e 29 %, já que as bonificações não passam de 3 % a 5 %, como o Sr. Ministro afirmou), que conduziriam a um endividamento insuportável para quem delas se socorresse.

Na prática significaria a falência de numerosíssimos pequenos e médios comerciantes e industriais e de pequenos e médios agricultores atingidos pelas cheias.

Aliás, Sr. Ministro, convém frisar que numa reunião entre o Governo e numerosas autarquias atingidas falou-se numa bonificação de cerca de 10 % e já depois desse acordo entre o Governo e as autarquias atingidas essas bonificações passaram, curiosa e subitamente, a 3 % e 5 %.

Numa palavra: a intervenção do Sr. Ministro foi bem demonstrativa da incapacidade do Governo para fazer face às consequências dos temporais.

Contudo, uma virtude teve a intervenção do Sr. Ministro da Administração Interna: é que afirmou, e hoje não negou, perante a Câmara, que se trata de um problema nacional que deve preocupar os autarcas, o Governo e os deputados. Disse mesmo que os Srs. Deputados «não podem ficar fora desta responsabilidade». É claro que o Sr. Ministro disse-o provavelmente seguro de que os deputados da maioria votarão contra o projecto de resolução. Falta-nos ainda ouvir a intervenção do Partido Socialista, mas já temos indicações, por algumas perguntas feitas, nomeadamente pelo Sr. Deputado Igrejas Caeiro, de que será esse o sentido de voto do Partido Socialista, contrariando totalmente aquilo que tinha feito em 1979. O debate para isso aponta.

Mas o que é que o debate nos mostrou? Que disse, por exemplo, o PSD/PPD, pela voz do Sr. Deputado Machado Lourenço, de serviço nessa altura? Disse que a comissão que propomos não era necessária e que, isso sim, devia ser formada uma subcomissão a nível da Comissão da Administração Interna e Poder Local.

Na altura interrogei esse Sr. Deputado no sentido de saber se estava ou não de acordo que se constituisse uma comissão que tratasse do problema das cheias, comissão que teria de ser, necessariamente, uma co-

missão interdisciplinar dado que abrange problemas referentes ao funcionamento das autarquias, ao saneamento básico, ao ordenamento do território, como hoje já ouvimos várias vezes frisar, e que, por motivos regimentais, teria de ser criada a nível do Plenário da Assembleia da República. Mas em que ficamos, Srs. Deputados do PSD?

Estão de acordo com uma comissão para o grave problema das cheias, mas a gravidade não é tanta que mereça uma solução a nível de Plenário da Assembleia da República? Terá de ir para uma comissão para lá ser resolvida? E porque a Comissão de Administração Interna e Poder Local? Se o PSD está de acordo em que se crie uma comissão porque não vota favoravelmente o projecto de resolução do PCP?

Só podemos chegar a uma conclusão, que é bem triste, Srs. Deputados do PSD: é que o PSD vota contra porque o projecto de resolução, embora correcto, vem da bancada do PCP, o que é, manifestamente, cegueira política e sectarismo.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Para além disto, o PSD, infelizmente — ou felizmente, ou de acordo com aquilo que já começa a ser seu timbre —, nada mais disse. Fez anticomunismo primário, anticomunismo a fazer inveja a tempos ultrapassados, atitudes, aliás — e nunca é de mais referir —, indignas desta Câmara, pelo menos feitas através do seu porta-voz casuístico nesta matéria.

Quanto ao Partido Socialista embrulhou-se em desculpas e em argumentos que caíram pela base durante o debate. Começou, através do Sr. Deputado Igrejas Caeiro, por elogiar a nossa intervenção de apresentação deste projecto, feita pelo meu camarada Manuel Fernandes, tendo dito depois que tinha dúvidas, baseadas em dois tipos de argumentos.

Primeiro tipo de argumentos: quando em Fevereiro de 1979, na altura das cheias, o Partido Socialista aparecia com um projecto de resolução idêntico ao nosso disse o Sr. Deputado Igrejas Caeiro que tinha toda a razão para o fazer porque nessa altura ainda não havia legislação que regulamentasse nem o funcionamento nem o financiamento das autarquias. Ou seja, o Sr. Deputado Igrejas Caeiro mostrou um total desconhecimento da legislação que tem vindo a ser publicada.

Lembrámos ao Sr. Deputado Igrejas Caeiro que as cheias foram em Fevereiro de 1979 e que a Lei Sobre Atribuições e Competências das Autarquias Locais, promulgada a 25 de Outubro, e publicada a 25 de Novembro de 1977, já tinha dois anos quando se deram essas inundações.

Relembámos ainda ao Sr. Deputado Igrejas Caeiro, que então falou em nome do Partido Socialista, que a Lei das Finanças Locais tinha sido publicada no dia 1 de Janeiro de 1979, portanto antes das inundações de Fevereiro desse ano.

Caído este argumento pela base, o Sr. Deputado investiu por outro: que seria uma intromissão na autonomia do poder local! Isto, já na linha da intervenção que hoje ouvimos ao Sr. Deputado Nogueira de Brito do CDS.

Esta questão foi também debatida por nós com clareza, já que esta Comissão, em colaboração com o

Governo e com as autarquias das áreas atingidas, deve estudar, propor e acompanhar — repito: estudar, propor e acompanhar — as medidas adequadas sem ultrapassagem de competências, sem intromissão na autonomia local, sem invadir a área de competência do Governo.

A míngua de argumentos, o mesmo deputado do Partido Socialista muda de tom e pergunta em que tom é que a Assembleia da República quererá acompanhar a acção do Governo.

Foi-lhe explicado que seria ao tom da Constituição da República! Foi-lhe citado o texto constitucional claro sobre as acções de fiscalização e acompanhamento das acções do Governo por parte deste órgão de soberania! Remata então o porta-voz do Partido Socialista, cada vez com menos argumentos para fazer face ou explicar o seu sentido de voto, que este projecto de resolução seria uma perda de tempo!

Pasme-se, Srs. Deputados! Isto foi afirmado pelo Sr. Deputado Igrejas Caeiro que, como vereador da Câmara de Cascais, teve oportunidade — e faz-o-lhe *jus* nesse aspecto — de ter vivido situações trágicas nesse concelho!

Mas, perante essa situação dramática que viveu, o Sr. Deputado Igrejas Caeiro, em nome do Partido Socialista — principal partido da coligação governamental —, disse que seria uma perda de tempo a Assembleia da República preocupar-se com os dramas consequentes dos temporais de 18 e 19 de Novembro do passado ano.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, criar uma comissão eventual com os objectivos claramente expressos neste projecto de resolução é perder tempo?

Então, Srs. Deputados da maioria, é perder tempo esta Câmara constituir uma comissão que, em colaboração com o Governo e as autarquias, estude e melhore as medidas de emergência e prepare as indispensáveis medidas legislativas a médio e a longo prazo?

É perder tempo, Srs. Deputados da maioria, a Assembleia da República não ter responsabilidades perante as populações e o País que elegeram? Então isso é perder tempo?

Então não é deseável que a Assembleia da República dê o exemplo e exerce em plenitude os seus poderes constitucionais? Para os Srs. Deputados da maioria isto é perder tempo, perante a tragédia que o País viveu e que os sinistrados dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal sofreram na carne? Os Srs. Deputados consideram perder tempo ocuparem-se de um assunto de tamanha importância?

Então para os Srs. Deputados da maioria a Assembleia da República não passa de uma caixa de ressonância do Governo?

Vozes do PCP: — É uma vergonha!

O Orador: — Então os Srs. Deputados foram eleitos para quê? Perante um acontecimento com as dimensões e tragédia que tomaram as passadas cheias de Novembro, perante assunto tão importante como este, perante a discussão e aprovação de um projecto de resolução construtivo como este, perante a constituição de uma comissão a funcionar a curto, a médio e a longo prazo é perder tempo?

Nós, Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, assumimos as nossas responsabilidades e apresentámos, atempadamente, no dia seguinte, este projecto de resolução que infelizmente se mantém actual, como ficou demonstrado durante o debate. Os outros grupos parlamentares que assumam as suas responsabilidades.

Para já, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se mais virtudes o nosso projecto de resolução não teve, teve uma, para nós essencial: finalmente foram despolados os mecanismos, através dos quais as verbas começaram a ser distribuídas aos municípios. E repito-as: na quinta-feira, 9000 contos, a tal verba ridícula e 290 000 contos na sexta-feira. É caso para dizer: «venham mais projectos de resolução senão não vem mais dinheiro do Governo!».

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Avelino.

O Sr. Alberto Avelino (PS): — Alguém aqui me dizia se não seria melhor convidar para vir a esta Câmara a cantora Lena d'Água cantar a canção «Demagogia». Talvez desse complemento às palavras que acabei de ouvir!

Sinceramente, gostaria de saber qual a diferença, em substância, entre a exposição do Sr. Deputado Silva Graça e a de um elemento de uma pseudo-instituição de «caridadezinha»! Em substância não haveria nenhuma; talvez o tom de voz, talvez a força impressa, talvez o paternalismo que quer demonstrar apenas na vontade de ser o director, arauto e único defensor em relação à tragédia que caiu sobre alguns municípios, nomeadamente de Lisboa, porque de Santarém pouco consta!

Dizer que os Srs. Deputados que votaram contra este projecto de resolução não estão ao lado dos sinistrados, constitui uma ofensa a qualquer cidadão e creio que a qualquer deputado que vote, não contra a questão em si, mas sim contra o excesso de demagogia de que a sua exposição vem eivada.

O Sr. João Amaral (PCP): — Votam contra porque os mandam votar assim!

O Orador: — E é bom não esquecer que a Natureza foi, de facto, a primeira causadora da catástrofe: 146 mm de água em 4 horas é um quarto da pluviosidade de 1 ano na Região de Torres Vedras, por exemplo. O segundo causador foi o homem e o terceiro foi outro certamente. É bom que não se esqueça isto!

Mas foi posto em dúvida o critério de repartição de certas verbas por parte do Ministério da Administração Interna! Quanto a este ponto gostaria também de deixar a minha pergunta: em primeiro lugar, se está ou não satisfeito que 69 % dos 100 000 contos da Fundação Gulbenkian vão para as autarquias de presidência APU; em segundo lugar, se está ou não de acordo com que Sobral de Monte Agraço e Azambuja — que por acaso são de presidência APU —, onde não houve uma pedra que se deslocasse, tenham recebido dinheiros.

Com isto, verifica-se que não há o mínimo de respeito entre alguns autarcas para com zonas altamente afectadas e sinistradas! E não venham os senhores armarem-se em arautos porque alguns — poucos — autarcas vossos também quiseram, de uma maneira sub-reptícia, «chupar» alguns milhares de contos, fruto deste sinistro!

Aplausos de alguns deputados do PSD.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para formular um protesto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr. Deputado Silva Graça, não podia deixar de lhe formular este protesto dada a forma como atacou um deputado da minha bancada, e por ter, valendo-se de uma expressão — talvez menos feliz — desse deputado, atacado o meu partido da forma como o fez.

E mais lamento ainda o facto por eu próprio, na sessão da passada sexta-feira, ter tido pelo menos o cuidado de me dirigir à vossa bancada prestando alguma satisfação pelo incidente que se tinha passado.

Nestes termos, lavo aqui o meu protesto pela forma — que eu não qualifico — como, através da intervenção de um deputado, veio atacar de anticomunismo ou de outras coisas semelhantes a minha bancada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro também deseja protestar?

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Exatamente, Sr. Presidente. Quero também protestar contra algumas afirmações que me foram imputadas pelo Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Deputado Silva Graça, protesto em relação a 4 pontos distintos e gostava que o Sr. Deputado os anotasse porque não me parece conveniente este *pin-pong* de palavras quando as posições são claras.

Primeiro, lamento que o Sr. Deputado não saiba o que é uma bacia hidrográfica e que não saiba distinguir uma cheia provocada por uma chuva dada numa determinada área e nas povoações em que essas cheias depois ocorreram.

Segundo, já disse ao Sr. Deputado Silva Graça que os 14 milhões de contos que aqui citei não são números do Ministério da Administração Interna, mas a soma dos números que os 14 municípios forneceram. Penso que este número é exagerado.

Terceiro, informei o Sr. Deputado Silva Graça das verbas e das linhas de crédito que tinham sido distribuídas e o Sr. Deputado Silva Graça referiu-se apenas a parte dos números que citei.

Voltarei a recordar-lhe que foram postos à disposição das autarquias 500 000 contos em dinheiro para obras autárquicas, dos quais 300 000 contos em 1983 e 200 000 contos nos primeiros meses de 1984.

Foi posto à disposição do Ministério do Equipamento Social, para obras nas áreas destas autarquias, 500 000 contos, dos quais 200 000 contos em Dezembro de 1983 e 300 000 contos nos primeiros meses de 1984.

Foi posto à disposição dos pequenos comerciantes e industriais, pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social, 500 000 contos para levar a fundo perdido 30 % desses estragos.

Foi posto à disposição dos bombeiros e misericórdias 82 500 contos pelo Governo Civil de Lisboa.

Foi posto à disposição dos desalojados 100 000 contos provenientes da Gulbenkian e 30 000 contos pela Cruz Vermelha Portuguesa, o que totaliza, não 9000 contos, que é o número que o Sr. Deputado sempre cita, mas 1 712 500 contos.

Foram postas à disposição dos industriais e dos municípios as seguintes linhas de crédito: 2 milhões de contos para as autarquias a 9,5 %. O Sr. Deputado tinha assim quase razão quando falava em 10 %! ...

Foi colocado à disposição dos industriais, agricultores e comerciantes 3 milhões de contos, esses sim, a 3 % e 5 %.

Finalmente, foi colocado à disposição das autarquias, para renovação do parque habitacional, 500 000 contos a 10 %.

Se o Sr. Deputado quiser ainda uma outra informação sobre a repartição de vendas, visto que tem feito confusão nesta matéria, devo dizer-lhe que a repartição de todas estas verbas foi feita com base em relações, única e directamente, entregues pelas autarquias ou pelos serviços do Ministério do Equipamento Social.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Machado Lourenço.

O Sr. Machado Lourenço (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta Câmara tem estado a discutir o problema das cheias e parece-me que estamos a ultrapassar tudo no que diz respeito a demagogia. Tem-se perdido imenso tempo a discutir e a repetir as mesmas coisas.

Só queria perguntar ao Sr. Deputado Silva Graça se pretende, de facto, que esta Assembleia vá concorrer em disputa com o Governo, fazendo a análise daquilo que sucedeu em consequência das cheias e que apresente um projecto no sentido de como se há-de evitar que elas surjam.

Ora, se já está dito e repetido que o Governo criou um grupo de trabalho para este efeito, pergunto por que razão é que a Assembleia há-de fazer a mesma coisa quando nós, deputados, através das comissões, podemos ter essas informações e inclusivamente fazer legislação nesse sentido.

Era esta a pergunta que queria fazer ao Sr. Deputado Silva Graça.

Quanto ao anticomunismo que me dirigiu, queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que não tenho complexos absolutamente nenhuns em relação a isso, nem mesmo sei o que seja.

A bancada do PCP tem feito aqui antioposição, demagogia e tem tratado relativamente mal quer o Governo quer a bancada da maioria, mas eu não me sujeito a ouvir tudo aquilo que o PCP quer e pretende. O PCP também tem que ouvir aquilo que de facto pretendemos dizer.

O Sr. Presidente: — Tem palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes, para um protesto.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tem o Sr. Deputado Silva Graça o direito de dizer o que muito bem entende acerca de todos estes critérios. Esta afirmação não é uma constatação nem uma verificação de facto. É tão-só um pleonasm.

Ouvimos a sua intervenção, discordamos e o assunto terminaria aqui se não fosse o tom que utilizou, Sr. Deputado Silva Graça.

É bom que o Sr. Deputado Silva Graça e esta Câmara se convençam de vez que aqui se discutem problemas e não a instrução de processos policiais.

Em primeiro lugar, os Srs. Deputados emitem opiniões e não confessam. Em segundo lugar, não é admisível que se insultem impunemente os deputados de qualquer partido. Não há aqui deputados de serviço nem porta-vozes casuísticos. Há aqui deputados que têm a mesma qualidade, a mesma representatividade e a mesma integridade moral do Sr. Deputado Silva Graça, nem mais nem menos.

Aplausos do PS e de alguns deputados do PSD.

No que diz respeito ao tom geral do discurso é bom que o Sr. Deputado Silva Graça e o PCP saibam claramente que por alturas de 1952, acabaram os processos de intenção e os de opinião. Pelo menos deviam ter acabado.

Aquilo que o Sr. Deputado aqui fez não foi um discurso de um deputado mas um arremedo de promotor público. Quase que faltou terminar com o pedido de condenação dos deputados que votassem contra.

Aplausos do PS e do PSD.

Quanto à questão de fundo, o facto de em 1979 termos promovido ou proposto uma comissão, não significa que o façamos em 1983. Da mesma maneira que o comportamento dos ministros e dos deputados deste país não deve ser o de cão de Pavlov que quando se lhe tocava uma campainha salivava, nós também quando há catástrofes naturais não propomos mecanicamente no Parlamento uma comissão.

O Sr. Deputado falou de anticomunismo primário. É evidente que assim como há certos crentes que transformam qualquer homem de bem em maometano, também há certos comunistas que transformam qualquer pessoa de bem em anticomunista primário, por mais que ele queira resistir na sua própria consciência a essa intenção.

Isso é, porém, um problema que não me diz respeito.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Eu talvez arrumasse as respostas que vou dar em 3 grupos: as respostas ao PS, ao PSD e ao Sr. Ministro da Administração Interna.

Em relação ao PS e uma vez que se falou em organizações de caridade, particularmente o Sr. Deputado

Alberto Avelino, gostava de ler, brevemente, o seguinte:

Os violentos temporais que têm fustigado o País e as grandes inundações que submergiram terras e povoados causando destruições e danos incalculáveis, ... assumindo a sua responsabilidade perante uma situação de calamidade nacional, ciente de interpretar os sentimentos de solidariedade do povo português, que representa, a Assembleia da República toma a seguinte deliberação: é criada uma comissão eventual de solidariedade com as vítimas das cheias e dos temporais. Compete especialmente à comissão em colaboração com o Governo estudar, propor e acompanhar as medidas adequadas à reparação ou atenuação dos danos. A comissão será constituída e funcionará nos termos aplicáveis da Constituição da República, etc, etc.

Assinam o deputado Carlos Lage, o Sr. Deputado Manuel Alegre e o Sr. Deputado Tito de Moraes, entre outros, e a data é de Fevereiro de 1979.

Na defesa deste projecto de resolução, dizia o porta-voz do Partido Socialista que o Orçamento do Estado teria de considerar a tragédia na sua verdadeira dimensão e que o Partido Socialista e esta Assembleia seriam unâmines em reconhecer a justiça de tal proposta. Mais adiante dizia: nas bacias do Douro, Mondego e Tejo há hoje milhares de pessoas que não têm casa nem trabalho. Também hoje isso acontece, Sr. Deputado José Luís Nunes, com o Partido Socialista no Governo. A tudo isto teremos nós, deputados, de responder, superando querelas de corredor e pensando, sobretudo, em Portugal e no seu presente e no seu futuro.

Perante este discurso, Sr. Deputado Alberto Avelino, o Grupo Parlamentar do PCP não disse que o Partido Socialista era uma organização de caridade. Dissemos que era um projecto de resolução correcto, votámos favoravelmente e ele foi aprovado. Hoje, perante a mesma questão e um projecto de resolução semelhante, mas provavelmente perante um Governo mais incapaz que em 1979, o Partido Socialista tem uma opinião contrária e diz que não vai votar favoravelmente.

O Sr. Deputado Alberto Avelino desconhece os critérios pelos quais a Fundação Gulbenkian — não um mês e meio depois, mas poucos dias depois — concedeu 100 000 contos aos municípios das áreas atingidas. O critério foi de distribuição de igual verba para todos os municípios atingidos. Acontece, Sr. Deputado Alberto Avelino, que grande número dos municípios atingidos são da Aliança Povo Unido. Daí, a percentagem que encontrou. E o Sr. Deputado é que está a fazer demagogia quando refere os 67 %. A Fundação Gulbenkian, ao contrário do Governo, utilizou critérios objectivos na distribuição da verba.

E Sobral de Monte Agraço também sofreu muitos prejuízos com as cheias e os temporais. Só o Sr. Deputado Avelino não sabia disso. E talvez o Sr. Deputado Avelino não saiba — e aqui entronco na parte da resposta ao Sr. Ministro da Administração Interna — que a câmara municipal, onde já foi presidente, acabou hoje de aprovar, por unanimidade, uma moção — e a câmara é de maioria absoluta do Partido Socialista —, dizendo que as verbas do Governo para o Município de Torres Vedras são altamente insuficientes.

Se calhar dou-lhe a comunicação em primeira mão, mas é bom que anote, porque é uma câmara vossa que protesta contra a vossa política no Governo.

Sr. Deputado Antunes da Silva, ataquei ou critiquei a intervenção destemperada e inoportuna do seu colega de bancada de uma forma muito mais suave daquela que ele utilizou para atacar o meu grupo parlamentar. Sobre isto, não tenho mais nada a dizer.

O Sr. Ministro da Administração Interna falou sobre o desconhecimento das bacias hidrográficas — das chuvas a montante não falou, mas falo eu — e das chuvas em cima das vilas, das cidades, dos centros urbanos. Sei isso muito bem. E sei que muitas vezes são as chuvas nas bacias e a montante, que provocam muito mais prejuízos, acarretando consequências muito graves do que as chuvas em cima e nas traseiras das casas, como o Sr. Ministro disse. Quem fez demagogia foi o Sr. Ministro da Administração Interna. O Sr. Ministro sabe muito bem que em 1967, foram as chuvas a montante que provocaram fundamentalmente os grandes prejuízos que assolaram o País, havendo centenas de mortos e verificando-se uma situação muito mais grave que a actual.

Não venha agora o Sr. Ministro, com o argumento das chuvas em cima dos centros urbanos — porque a mesma coisa aconteceu em 1979, na cidade de Lisboa —, dizer que a natureza está contra o Governo e que este Governo é infeliz, que primeiro foi a seca e agora é a chuva que cai em cima e nas traseiras das portas. O Sr. Ministro da Administração Interna teria certamente mais argumentos para justificar a incompetência ou a negligência do Governo para acorrer às vítimas.

Quanto aos milhões de contos que referiu eles serão provavelmente uma verba mais ou menos rigorosa. O levantamento que as câmaras municipais fizeram dos pequenos e médios comerciantes, industriais, agricultores e populações atingidas não está muito longe da verdade e o Sr. Ministro sabe isso muito bem.

Neste momento perguntamos aqui claramente ao Governo: como é que vamos resolver o problema? O Sr. Ministro da Administração Interna fez aqui o balanço de cerca de 2500 pessoas sem casa, falou de 537 habitações completamente destruídas e outras em estado de desagregação, mas não propôs as medidas necessárias para resolver estes problemas.

O Sr. Ministro da Administração Interna fala em 300 000 contos. Mas onde é que eles estão?

O primeiro despacho de concessão de verbas que conhecemos data da passada quinta-feira e é de 9000 contos. Desse despacho coube 87 contos a Torres Vedras. O que conta é o que foi publicado no *Diário da República*. Isso é que conta e o Sr. Ministro não explicou nada disso ao Parlamento.

Relativamente às perguntas colocadas pelo Sr. Deputado José Luís Nunes, devo dizer, antes de mais, que o Sr. Deputado chegou tarde e a más horas. O Sr. Deputado José Luís Nunes caiu hoje no Plenário, presidindo ao seu grupo parlamentar, disse algumas coisas que nada têm a ver com as cheias e falou de insultos que não foram feitos. Se alguma bancada teria de se sentir melindrada era a bancada do PSD e, aliás, manifestou-o através do Sr. Deputado Antunes da Silva.

Mas aparece também o Sr. Deputado José Luís Nunes a defender a bancada do PSD. O Sr. Deputado, o senhor presidente do Grupo Parlamentar do PS ou do PSD?

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Dá-me licença que o interrompa?

O Sr. Deputado Silva Graça chamou ou não ao meu colega Igrejas Caeiro deputado casuístico?

O Orador: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Chamou sim, Sr. Deputado. Chamou isso ao meu colega Igrejas Caeiro e depois chamou orador de serviço a outro Sr. Deputado.

O Sr. Lino Lima (PCP): — E isso é ofensa?

O Orador: — O Sr. Deputado ouviu mal. O Sr. Deputado está nervoso, mas tenha calma.

Chamei deputado casuístico ao deputado do PSD e o assunto já está esclarecido com o Sr. Deputado Antunes da Silva.

As críticas que fiz às intervenções do Sr. Deputado Igrejas Caeiro são algum insulto? Quando digo que o Sr. Deputado Igrejas Caeiro não conhece a legislação autárquica nem a data da publicação dos decretos estou a insultá-lo? Quando digo que a Lei n.º 79/77, foi publicada a 25 de Outubro, estou a insultá-lo? Quando digo que a Lei das Finanças Locais é publicada a 2 de Janeiro de 1979, estou a insultá-lo? Quando digo que o Sr. Deputado Igrejas Caeiro, à míngua de argumentos, diz que aprovar este projecto de resolução é fazer perder tempo à Assembleia da República, estou a insultá-lo?

Por fim quanto ao anticomunismo — e referiu curiosamente o ano de 1952 —, também o Sr. Deputado apareceu a defender a bancada do PSD, porque a única referência que fiz foi à intervenção manifestamente infeliz do PSD, a qual provocou um veemente, correcto e justo protesto da nossa bancada, e não só. E aparece depois o Sr. Deputado José Luís Nunes a defender uma causa que nem sequer era sua.

Sr. Deputado, o seu processo de intenções é que faz lembrar os anos 50 e o «macartismo».

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para protestar, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Avelino.

O Sr. Alberto Avelino (PSD): — É claro que o Sr. Deputado Silva Graça não visitou as regiões sinistradas. O deputado Alberto Avelino visitou-as todas, à exceção de Setúbal, ou seja, calcorreou vários quilómetros. Daí, eu afirmar novamente que em Sobral de Monte Agraço, quando muito, uma pedrita ter-se-á soltado enquanto chovia e em Azambuja a mesma coisa.

Quanto a Torres Vedras, de que fui presidente, eleito 3 vezes — não tenho culpa de que a APU da última vez levasse capote e o PS tenha ganho por maioria absoluta —, defendo-o como qualquer torreense. Mas nunca fui nem sou praticante de caridadezinhas. Sou é praticante e comungante em tentar resolver os problemas dos sinistrados de Torres Vedras.

Acho que é ridículo visitar-se hoje as zonas sinistradas. É ridículo fazê-lo, arranjando umas galochas e mostrando que alguns deputados da APU estão agora interessados em tentar resolver qualquer coisa. Agora é tarde, «Inês é morta».

Como o Sr. Deputado sabe, a Comissão de Administração e Poder Local agendou expressamente esta

matéria. Não houve quórum mas lembro-me que, no meadamento, o Sr. Deputado Belchior disse que a comissão deveria enviar um ofício às câmaras sinistradas, o que fez na altura.

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — O Sr. Deputado Avelino vem com argumentos que não são admissíveis nesta Câmara. O Sr. Deputado sabe perfeitamente que eu, como vereador da Câmara Municipal de Lisboa, estive durante todo esse dia e no seguinte com os meus camaradas de vereação a fazer o levantamento da cidade e a procurar colmatar as insuficiências gravíssimas da Câmara CDS. E o Sr. Deputado sabe isso perfeitamente.

Mas outros camaradas meus, eleitos pelo distrito de Lisboa, Setúbal e Santarém, percorreram todos os locais e fizeram o levantamento da situação. Não venha agora o Sr. Deputado Alberto Avelino dizer que a Azambuja não foi atingida pelos temporais, quando toda a gente sabe que foi. Há pouco referiram-se a Sobral de Monte Agraço e eu contestei e repliquei, tendo o Sr. Deputado recuado. Agora vem o Sr. Deputado falar da Azambuja, o que é falso.

Assim o Sr. Deputado não está a discutir seriamente o problema. Eu penso que é preferível dizer — como fez o Sr. Deputado José Luís Nunes — que o PS vai votar contra por razões políticas e que nem sequer queria que este diploma fosse agendado, a usar argumentos completamente falsos como fez o Sr. Deputado Alberto Avelino.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estamos próximo da hora regimental para encerrarmos a discussão e ainda estão 2 Srs. Deputados inscritos.

O Sr. João Amaral (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, apresentarei em seguida um requerimento na Mesa no sentido do prolongamento da sessão até ao encerramento do debate e votação deste diploma.

O Sr. Presidente: — Creio, então, que devemos votar esse requerimento.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, o PS está de acordo em prolongar a sessão por mais 30 minutos. Acreditamos que este lapso de tempo seja suficiente, tanto mais que o Grupo Parlamentar do PS não tem possibilidade para aceitar um prolongamento maior.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD está de acordo com o prolongamento da sessão por mais 30 minutos. Mais do que este tempo não podemos aceitar porque temos uma reunião marcada.

O Sr. João Amaral (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, o meu grupo parlamentar não tem qualquer objecção a pôr.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, considero aprovado este requerimento para prolongamento da sessão por mais 30 minutos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Barral.

O Sr. Paulo Barral (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Só por força da forma como tem decorrido o debate relativo à proposta de resolução n.º 16/III, somos levados a fazer esta intervenção.

É a terceira vez em pouco mais de 5 anos que o País é assolado por fortes temporais e inundações que deixaram rastos de desolação e morte.

Em Março de 1978, após os graves temporais e inundações que nessa altura fustigaram todo o País, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela voz do Sr. Deputado Carlos Lage apresentou nesta Câmara um voto de solidariedade e pesar, para com as populações atingidas.

Terminava o texto desse voto, que foi aprovado por unanimidade, exortando o Governo a prosseguir, através da mobilização de todos os recursos possíveis — sublinho, através de todos os recursos possíveis — na minimização dos efeitos da calamidade, promovendo a reinstalação dos sinistrados, as reparações dos danos materiais públicos e privados, dispensando todas as demais formas de assistência adequadas.

Se relembrar agora o que então foi afirmado e unanimemente apoiado, faço-o no sentido de que, relativamente às consequências que resultaram das enxurradas do passado mês de Novembro, se deveria manter a mesma filosofia. Isto é, a Assembleia da República deve exortar o Governo à acção, no sentido da minoração das consequências da catástrofe, que assolou a Região de Lisboa e concelhos limítrofes, apoiando-o nas iniciativas que este tomou prontamente, e que tem vindo a implementar posteriormente. E solidarizando-se deste modo quer com o Governo, quer com as autarquias, o Parlamento solidariza-se de facto com as populações atingidas.

Penso que esta solidariedade foi já sinceramente manifestada, e desde logo, pela actuação empenhada do Sr. Presidente da Assembleia da República, cuja iniciativa foi igualmente motivo de louvor já aqui implicitamente tecido na sessão plenária de 21 de Novembro de 1983.

Apresentou, todavia, nessa altura o PCP a proposta de resolução visando a criação de uma comissão eventual de solidariedade e apoio às vítimas das cheias e temporais, à qual competiria entre outras iniciativas, «a de estudar, propor e acompanhar as medidas adequadas à reparação e atenuação dos danos, e ainda fazer

o estudo das medidas a adoptar, designadamente no plano legislativo com vista a prevenir e enfrentar as consequências inerentes a quedas pluviais anormais e outros cataclismos».

A primeira vista, e até secundando iniciativa semelhante já havida nesta Assembleia aquando dos temporais de 1979, pareceria que a constituição dessa comissão seria questão pacífica e normal, digamos mesmo, entrava naquilo que se poderá chamar a tradição.

Contudo, cada situação tem as suas características próprias, tem os seus enquadramentos específicos, e só assim se comprehende que, se em 1978 esta Câmara se solidarizou com as vítimas dos temporais exortando o Governo à acção e votando por unanimidade um voto de pesar, já em 1979, a decisão foi a da constituição de uma comissão eventual de solidariedade para com as vítimas das cheias e temporais.

Não queremos fazer juízos de valor, mas parece-nos que, quer de uma forma quer da outra, os resultados foram semelhantes, no sentido de «alertar a consciência nacional» — como foi dito — para o que muito concorreu o papel desempenhado pelos deputados desta Assembleia da República, expressão da representatividade democrática.

Nas presentes circunstâncias, estando este país a ser governado por um Executivo responsável, apoiado pela mais ampla maioria de sempre, um Executivo que, através do Sr. Ministro da Administração Interna, aqui veio dar conta do que desde logo pôde fazer, nos momentos em que a tragédia ainda estava a decorrer, coordenando todos os meios e dispositivos ao seu alcance para socorro de vidas e bens, e ainda do que tem vindo a fazer posteriormente, no sentido de minimizar os efeitos no que respeita a repor as situações de maior gravidade, quer no plano da assistência aos mais carecidos, quer criando e angariando meios financeiros para ocorrer aos prejuízos sentidos por autarquias, comerciantes, industriais ou simples habitantes, parece-nos não se justificarem os pressupostos em que assentaria a constituição de uma comissão como a proposta.

Que pelos partidos da oposição, a acção do Governo seja sempre vista com desconfiança e merecedora de crítica, não deve ser motivo para nos admirarmos. Mas que os partidos da oposição, nomeadamente o partido proponente da presente proposta de resolução, queiram que outros partidos e os partidos da maioria tomem a mesma atitude, é questão que não aceitamos.

Aliás, e nem vale a pena especular nessa base, a oposição estão garantidas na Constituição as iniciativas que entender dever tomar para a fiscalização, para a crítica e para questionar os actos do Governo, sendo esta Assembleia da República a sede própria para o fazerem.

Também não valerá a pena tecer considerações ao que compete estritamente a esta Assembleia, em matéria de competências próprias e relativas a outros órgãos de soberania, se não para recordar que uma actuação da referida comissão se teria de colocar expressamente no âmbito legislativo, não em qualquer outro que substituisse a acção governamental ou até a das próprias autarquias.

E se estivermos atentos ao que de facto se está a passar nessa matéria, verificamos que o Governo tem actuado dentro dos seus limites de competência, e

tem procurado, apesar de estarmos numa situação financeira difícil, conseguir os recursos necessários para fazer face às consequências das inundações ocorridas.

Cremos, e nisso nos empenharemos, é que é tempo de, no plano da legislação, se tomarem medidas de fundo no que concerne às políticas de ordenamento e planeamento do território.

É esse o plano em que gostaríamos que este debate se tivesse vindo a desenvolver. E se assim fosse rapidamente chegariamos à conclusão que não era tarefa para o âmbito de uma comissão eventual de solidariedade e apoio.

Temos na realidade um território desordenado, em certas zonas, direi mesmo, temos um território arruinado.

Urge tomarem-se medidas de fundo que obstem a que os acidentes climáticos tenham tão graves consequências.

Constata-se, quando com seriedade se analisa o quadro legislativo que respeita a tão importante face da vida do nosso país, que existem situações que têm de ser rapidamente revistas.

A legislação que temos no âmbito do uso dos solos, embora tecnicamente bem elaborada, data de 1971, em matéria de planeamento urbano — Decretos-Leis n.º 560/71 e 561/71, de 17 de Dezembro, em matéria de loteamento para construção urbana, Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de Junho, em matéria de licenciamentos municipais, Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de Abril, em matéria de regime hídrico, Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, etc., etc.

Sendo tecnicamente bem feita, esta legislação não tem vindo a ser cumprida, porque ainda não foi ajustada aos novos órgãos de decisão, as autarquias, contemplando exclusivamente a actuação da administração central, gerando-se por essa via um contínuo conflito entre as câmaras municipais e as direcções-gerais.

Por outro lado, a Secretaria de Estado e Ambiente do Ministério da Qualidade de Vida, lançada que foi sem recursos e, portanto, com um quadro reduzido de pessoal, não pôde ainda ter a actividade que igualmente dele se espera. E por isso mesmo, recorde-se, aquando da discussão do Orçamento do Estado a maioria propôs o reforço de 100 000 contos para este Ministério, dos quais 30 000 para ocorrer às despesas inerentes ao desenvolvimento da sua acção no que respeita à Direcção-Geral do Ordenamento.

Estamos por isso esperançosos na actuação do actual Ministro da Qualidade de Vida, que demonstrativamente já tomou iniciativas que se inserem numa óptica global de ataque às condições que propiciam o agravamento das situações, quando acontecem quedas pluviais anormais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não só estamos atentos, como não queremos e não desejamos que se volte a votar ao esquecimento as razões de ordem física que proporcionaram o agravamento das situações emergentes, das cheias e de que resultaram mortes, feridos e desalojados, prejuízos económicos de enorme monta em estabelecimentos comerciais e industriais, e danos de relevância excepcional em construções e obras públicas.

Deste modo se inseriu nos propósitos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a recente apresentação da Lei Quadro do Ambiente e da Qualidade de Vida, diploma que reputamos fundamental, a partir

do qual se devem estruturar as medidas de fundo que, de acordo com uma filosofia pragmática de ordenamento do território, permitem uma actuação coerente, por parte da Administração e por parte das autarquias. Regulados e salvaguardados os sistemas naturais que estruturam a paisagem e o território, legislando-se eficazmente sobre os usos do solo e fiscalizando-se com perseverança esse uso, estamos certos de que se caminhará, assim sim, no sentido da verdadeira prevenção quanto aos efeitos de futuros acidentes climáticos.

E no que se reporta à região de Lisboa, é bom que não deixemos de ter na memória os alertas que têm sido lançados e as razões que estão na origem do regime de inundações, e que se devem à caótica ocupação de solos em leitos de cheia, à desmedida impermeabilização das encostas, resultado de um crescimento urbano desregrado, enfim, à falta de uma política consequente de planeamento urbanístico para o que chamamos a atenção do Governo e das autarquias.

Terminamos, com o desejo de que nesta Assembleia da República encontremos as formas mais eficazes de dar resposta a estas grandes questões. E independentemente do nosso desacordo já argumentado quanto à imprescindibilidade da comissão proposta pelo PCP, estamos abertos a que se debatam com eficácia todos estes problemas e se promovam as iniciativas legislativas necessárias para que do nosso país se varra de vez com o discurso fatalista para que todos somos empurrados, quando chove de mais, quando faz mais vento e ou quando a terra treme.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria da Conceição Quintas, para uma intervenção.

A Sr.^a Maria da Conceição Quintas (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como elemento da Assembleia Municipal de Setúbal, não posso deixar de esclarecer nesta Câmara como se processaram os acontecimentos no distrito em que habito, uma vez que a esta Câmara foi enviada uma moção apresentada e aprovada pelo grupo APU em maioria na Câmara Municipal de Setúbal.

Tal como outras regiões, Setúbal foi duramente atingida pelas inundações do passado mês de Novembro.

Durante alguns dias, destacando o 20 de Novembro, viveram-se horas dramáticas. Os prejuízos públicos e particulares atingiram avultadas somas. Mais de uma centena de pessoas ficaram desalojadas. Os estabelecimentos, já preparados para a quadra natalícia, viram os seus stocks seriamente afectados.

Gostaria de salientar o trabalho desenvolvido com responsabilidade e carinho pelos Bombeiros Sapadores Municipais, Bombeiros Voluntários, pessoal dos Serviços do Município e população em geral, nas tarefas de salvamento, apoio a particulares, reconstrução e limpeza que começaram de imediato.

Poder central e local não se pouparam a esforços para minorar o sofrimento moral e material das vítimas.

No entanto, no dia 6 de Dezembro de 1983, em sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, a bancada da APU põe à votação uma moção na qual salienta a actuação do poder local e critica arduamente a actuação do poder central.

Conscientes da gravidade da situação, aprovámos os pontos que na altura nos pareceram mais coerentes sem, no entanto, descorar a intenção de um trabalho de investigação mais profundo.

Foi assim que, imbuídos de um espírito franco, justo e humano, iniciámos os nossos contactos e verificámos a injustiça de determinadas alusões, para não dizer acusações, que a APU fez na moção acima referida ao Governo Central elevando «aos píncaros da Lua» a actuação do poder local.

Face a tal situação elaborámos a nossa própria moção apresentada em sessão da Assembleia Municipal de 21 de Dezembro, ficando para discutir e aprovar na próxima sessão.

Quanto a nós apenas queremos deixar bem clara a nossa intenção: não menosprezaremos ninguém, apenas reporemos a verdade total.

Jamais negaremos o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Setúbal e, muito especialmente, pelos seus trabalhadores que se não pouparam a esforços para minimizar o sofrimento que a catástrofe causou. No entanto, teremos de salientar todo o esforço levado a cabo com êxito pelo poder central.

Assim, numa breve retrospectiva vejamos:

Em 14 de Novembro de 1983, o Centro Coordenador Distrital de Protecção Civil enviou a todas as câmaras um telegrama comunicando-lhes as previsões do Instituto de Meteorologia e Geofísica — telegrama que o Sr. Ministro já aqui referiu — e recomendando-lhes medidas habituais, nomeadamente limpeza e desentupimento de escoadouros, e alerta de moradores em construções junto de linhas de água.

A título de exemplo poderia perguntar-se: se a Câmara de Setúbal tivesse providenciado no sentido de evitar a obstrução das entradas dos cursos de água nos seus leitos subterrâneos, ainda que com a colaboração dos serviços hidráulicos, teriam as inundações atingido o nível registado? Certamente que não uma vez que zonas normalmente inundáveis o não foram por se ter procedido recentemente a trabalhos de limpeza. Mas não interessa criticar mas sim esclarecer.

Após as cheias, no dia 21 logo de manhã, a Câmara mandou para o Governo Civil todos os desalojados que se lhe dirigiram.

Nesse mesmo dia, ainda que a título precário, em colaboração com a Polícia de Segurança Pública — que cedeu viaturas — e com o Centro Regional de Segurança Social — que forneceu cobertores, colchões e alimentação —, todas as pessoas que se apresentaram no Governo Civil foram instaladas na creche «O Ninho».

No dia 22 de Novembro realizou-se uma reunião no Governo Civil na qual participaram o Governador Civil, o Delegado do Centro Coordenador Distrital de Protecção Civil, o Presidente da Câmara, os Serviços Municipais de Habitação, o Centro Regional de Segurança Social, a Caritas, a Misericórdia de Setúbal e a Associação de Comerciantes de Setúbal.

Na sequência desta reunião a Caritas pôs o Centro de Cabo-Verdianos à disposição para onde os desalojados foram, entretanto, transferidos. A Associação de Comerciantes, conjuntamente com outros elementos, encarregou-se de inventariar a situação dos comerciantes atingidos pelas cheias.

Contactado pelo Governo Civil o Ministério de Equipamento Social garantiu que iria reservar algumas casas do Bairro do ex-Fundo de Fomento, o que se confirmou logo na quarta-feira, dia 23.

No dia 28 de Novembro foram instaladas 31 famílias em 15 habitações conseguidas.

Entretanto, durante mais uns 10 dias, a Câmara continuou a mandar pessoas desalojadas para o Governo Civil, que, continuando a colaboração com o Centro Regional de Segurança Social e a Cruz Vermelha, foram sendo atendidas.

Tendentes a resolver o problema dos comerciantes atingidos e na sequência de reuniões realizadas foram constituídas equipas de trabalho integradas pela Câmara Municipal, Associação dos Comerciantes e Técnicos do Instituto e do Centro de Emprego, com vista a estudar a situação dos comerciantes atingidos pelas inundações e consequente atribuição de apoio que o Governo Civil procurara obter através do Instituto de Emprego.

Na linha das orientações estabelecidas na reunião de Conselho de Ministros o Ministério das Finanças e do Plano pelo Despacho Normativo n.º 217/83, de 9 de Dezembro, publicado a 12 do corrente mês, adopta medidas excepcionais de apoio financeiro às empresas e entidades particulares para obviar os prejuízos causados pelo recente temporal.

A Secretaria de Estado de Emprego e Formação Profissional alcetada pelo Governador Civil actuou tendo em atenção os estabelecimentos mais degradados que poderiam abrir falência, pondo em causa postos de trabalho.

As equipas de trabalho constituídas por elementos da Câmara Municipal, do Centro de Emprego de Setúbal, Instituto de Emprego e Formação Profissional de Lisboa e Associação de Comerciantes, recolheram os dados, fazendo, posteriormente, um estudo comparativo.

Logo na semana a seguir ao Natal os comerciantes de Setúbal começaram a receber cerca de 30 % dos prejuízos sofridos. Esta importância será reembolsável num prazo bastante dilatado e sem juros, o que será compatível com a capacidade económico-financeira dos comerciantes.

Como se vê, em todo este processo tiveram uma acção decisiva vários departamentos da administração central, o que contraria o maniqueísmo de que enferma a análise do grupo APU, reivindicando tudo o que de bom acontece para o poder local onde tem maioria nas câmaras e atribuindo a responsabilidade de todos os fracassos ao poder central.

Não quero criticar ou minimizar a actuação das autarquias e muito menos daquela a que pertenço. Não posso é aceitar que nos acusem de não fazer aquilo que, na realidade, fizemos. Pouco ou muito, não é isso que está em causa. Não me parece mensurável o trabalho quando ele representa tudo o que humanamente é possível.

E disto estou certa, ninguém se poupa a esforços e todos juntos conseguimos minorar o sofrimento dos mais directamente atingidos por esta tragédia.

Aplausos do PS e do PSD.

▲ Sr.ª Odete Santos (PCP): — Peco a palavra. Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª Odete Santos (PCP): — Para pedir esclarecimentos Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.ª a palavra.

A Sr.ª Odete Santos (PCP): — A Sr.ª Deputada Conceição Quintas fez uma intervenção que mais teria lugar na Assembleia Municipal de Setúbal. Lamento que aí não a tenha feito com o pormenor que aqui a fez e se tenha limitado a ser o porta-voz do Governo nessa Assembleia Municipal.

Queria pedir-lhe alguns esclarecimentos porque o relatório, apesar de parecer muito pormenorizado, é incompletíssimo. Pode afirmar-se que a Sr.ª Deputada escreveu no relatório o que lhe convinha, pois o que não lhe convinha omitiu ... ou então está muito mal informada.

Ao princípio iria jurar que estava em desacordo com o depoimento do Sr. Governador Civil ao *Correio da Manhã*, de 24 de Dezembro de 1983, ao «atirar» todas as culpas para a Câmara de Setúbal, mas, logo no início da sua intervenção, a Sr.ª Deputada fez um elogio à actuação do poder local. É bom que isto fique registado.

Mas logo a seguir esse jornal transcreveu algumas declarações do Sr. Governador Civil totalmente infundadas, falsas e incorrectas, declarações que vêm na legenda, dizendo que, durante mais de 10 dias, a Câmara enviou os desalojados para o Governo Civil.

A Sr.ª Deputada tem obrigação de estar tão bem informada quanto eu porque, tal como eu, pertence à Assembleia Municipal de Setúbal, e por isso gostava que me dissesse, em primeiro lugar, se sabe a quanto montam os prejuízos que ocorreram em Setúbal; em segundo lugar, se, no dia imediato às cheias, portanto segunda-feira, houve ou não uma reunião promovida pela Câmara e quem esteve presente; em terceiro lugar, se se informou ou não que a Câmara Municipal de Setúbal mandou telexes e telegramas para o Ministério do Equipamento Social e para o Fundo de Fomento da Habitação, solicitando que pusessem as casas acabadas de construir à disposição das pessoas desalojadas; em quarto lugar, se sabe ou não que o Presidente da Câmara, nas reuniões no Governo Civil, insistiu por várias vezes para que o Ministério do Equipamento Social e, em especial, o Fundo de Fomento da Habitação dessem alojamento a essas pessoas; em quinto lugar, se sabe ou não que a Câmara Municipal de Setúbal providenciou imediatamente para que fosse instalada água e luz nessas casas; em sexto lugar, se sabe ou não da carência de habitação que há em Setúbal e quantas famílias estão à procura de casa e não a têm; em sétimo lugar, se sabe ou não que a Câmara não tem casas para esse efeito; em oitavo lugar, se sabe que foi o Presidente da Câmara que insistiu para que a Comissão que referiu, e formada pelos elementos que também referiu, funcionasse no Governo Civil.

Por último, e porque não disponho de mais tempo, pois muitas questões havia a colocar, se sabe ou não que o Governo, através de um director-geral ou de um subdirector-geral, não me recordo, propôs no Governo Civil de Setúbal que os comerciantes e os industriais atingidos pelos prejuízos utilizassem a *lay off* para despedirem os trabalhadores. Gostaria ainda que me dissesse se sabe ou não que o próprio Governo se pronunciava a pagar aos trabalhadores despedidos nessas condições aquilo que aos patrões competia pagar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Silva Graça (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um curto protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Graça (PCP): — O meu protesto não se dirige à última intervenção porque a minha camarada Odete Santos já respondeu convenientemente à intervenção, completamente deslocada no âmbito da Assembleia da República, da Sr.^a Deputada do Partido Socialista.

Provavelmente a Sr.^a Deputada não conhece, ou conhece e escamoteia, as dificuldades financeiras terríveis com que vivem os municípios, e não é só o município de Setúbal. A Sr.^a Deputada ouviu há pouco referir a moção, aprovada por unanimidade, da Câmara Municipal de Torres Vedras.

Imagine o que seria se esta Assembleia fosse, câmara a câmara, contar o rosário de grandes dificuldades porque as câmaras municipais não têm dinheiro, não têm verbas, não têm meios técnicos! Têm dificuldades do ponto de vista legislativo para actuar, fundamentalmente por culpa do poder central! E isso a Sr.^a Deputada não disse!

Mas, mais importante do que isso, é que a intervenção — que me parece ter sido a intervenção de fundo do Partido Socialista — nada adiantou e até nos deixou perplexos porque a do Sr. Deputado Paulo Barral indicava, ou parecia indicar, que o Partido Socialista, pelos argumentos que indicou, só teria de fazer uma coisa: votar favoravelmente o projecto de resolução.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Por tudo aquilo que o Sr. Deputado Paulo Barral disse nós temos de concluir que a única intervenção que valia a pena o Partido Socialista ter feito foi a do Sr. Deputado José Luís Nunes ao dizer que não queriam sequer que este projecto de resolução fosse agendado e que iam votar contra por razões políticas. E isso porque o projecto de resolução era do Partido Comunista Português.

Aplausos do PCP.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Isso é falso!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Conceição Quintas.

A Sr.^a Conceição Quintas (PS): — Ouvi com muita atenção a Sr.^a Deputada Odete Santos. Aliás, já temos conversado várias vezes na assembleia municipal e trocado impressões a esse respeito.

Claro que sei tudo aquilo que a Sr.^a Deputada referiu e não o escondi, nem jamais o esconderia porque não vinha a propósito.

Com certeza que o Sr. Presidente da Câmara pôs o problema da necessidade de se apoiar as pessoas! Com certeza que o Sr. Governador Civil também o pôs, assim como todos os elementos que se encontravam nessa reunião! Não ponho isso em causa até porque conheço muito bem o Sr. Presidente da Câmara e sei que seria pessoa para o fazer.

Aliás, dá-me a sensação de que a Sr.^a Deputada pôs aqui questões que não têm grandemente a ver com

o problema em causa, como é o caso da falta de casas, da falta de luz, etc. Isso não foi provocado pelas cheias.

Quanto ao problema do *lay off* dá-me a ideia de que foi um tirar de ilações precipitadas não sei se com ou sem intenção. Em minha opinião, o que se pretendeu em determinado momento foi que, no caso em que determinados estabelecimentos ficassem totalmente destruídos e os seus empregados ficassem sem salários, se tentasse, pelo menos, que eles recebessem a parte que o Governo lhes atribuiria por aplicação dessa legislação. Não seria, de modo algum, para prejudicar os trabalhadores, antes pelo contrário.

Em relação ao Sr. Deputado Silva Graça, que referiu que as câmaras de presidência APU foram as que nesse momento tiveram mais dificuldades, quero dizer-lhe que a câmara a que pertenço é de maioria APU e foi o primeiro concelho em que se atribuíram subsídios a cerca de 30 % dos comerciantes. Na semana a seguir ao Natal isso já estava a acontecer.

Não me parece, pois, que tenha havido qualquer discriminação em relação a essas câmaras, antes pelo contrário.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para um protesto, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — O meu protesto é muito curto. Aliás, teria de ser porque a Sr.^a Deputada Conceição Quintas deu-nos razão desde o princípio.

No entanto, queria apenas protestar em relação à afirmação que a Sr.^a Deputada fez no sentido de que não referiu aquilo que eu disse porque não tem importância referir aqui a actuação de uma câmara, em especial do seu presidente, para resolver os problemas das pessoas desalojadas.

Para a Sr.^a Deputada não tem importância porque de qualquer maneira, embora o não diga, quer subestimar a acção de uma câmara APU. Se quisesse dizer a verdade, a Sr.^a Deputada teria de dizer muito mais: teria de dizer — se está de boa fé — que o Presidente da Câmara comunicou atempadamente, antes da catástrofe, às juntas de freguesia o que iria suceder; teria de dizer que os sumidores dos esgotos foram limpos; teria de dizer que o ribeiro que estava na causa dessa cheia é, de facto, do domínio da hidráulica que não da Câmara Municipal de Setúbal.

Isto é que a Sr.^a Deputada deveria dizer, para além de — se calhar por não saber — não ter respondido à minha pergunta sobre o montante dos prejuízos em Setúbal. Posso referir-lhe que no total somam 710 576\$.

Por último, quero manifestar o meu mais veemente protesto por a Sr.^a Deputada confessar, implicitamente, que foi sugerida a aplicação do *lay off* mas minimiza para os trabalhadores a aplicação dessa lei. Aliás, nem as entidades patronais o queriam aplicar porque o que efectivamente queriam era continuar a funcionar e ter os trabalhadores ao seu serviço.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como não há mais inscrições, creio que podemos votar.

Dado que existe na Mesa uma proposta de aditamento e outra de substituição ao texto que tem estado

a ser discutido, creio que se deve proceder, por analogia, da mesma forma que se procede em relação à votação de um projecto de lei.

Estamos pelo que vejo todos de acordo.

Vamos, então, proceder à votação na generalidade do projecto de resolução, votando-se em seguida na especialidade.

Vamos votar.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI e votos a favor do PCP, do CDS e do deputado independente António Gonzalez.

O Sr. Anselmo Aníbal (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Anselmo Aníbal (PCP): — Sr. Presidente, é para anunciar que entregámos a declaração de voto na Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Antunes da Silva.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, para economizar tempo, entregaremos também uma declaração de voto na Mesa.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, chegámos assim ao fim desta sessão.

Não chegou a ser discutido o projecto de lei n.º 28/III, do PCP.

Na próxima reunião do dia 19, que terá início às 15 horas, a ordem de trabalhos será a seguinte: haverá período de antes da ordem do dia; para a ordem do dia encontra-se agendada a apreciação e votação do projecto de lei n.º 93/III, do CDS, Lei de Bases da Segurança Social e, simultaneamente, a proposta de lei n.º 56/III sobre esta mesma lei.

Convocarei, entretanto, uma reunião dos presidentes dos grupos parlamentares a fim de se estabelecer a ordem do dia das sessões seguintes, na medida em que foram alteradas mediante acordo.

Penso que poderíamos fazer essa reunião na quinta-feira ao meio dia, mas contactarei os Srs. Presidentes a fim de fixarmos a hora.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 30 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Jorge Alberto Santos Correia.
Rui Monteiro Picciuchi.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Fernando José Roque Correia Afonso.
Manuel António Araújo dos Santos.

Partido Comunista Português (PCP):

António Guilherme Branco Gonzalez.
João António Torrinhas Paulo.

Centro Democrático Social (CDS):

Henrique Manuel Soares Cruz.
Hernâni Torres Moutinho.
João António de Moraes Silva Leitão.
João Lopes Porto.
José Vieira de Carvalho.
Narana Sinai Coissoró

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Alberto Rodrigues Ferreira Camboa.
Avelino Feliciano Martins Rodrigues.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Filipe Pessoa Santos Loureiro.
Maria Margarida Ferreira Marques.
Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Amélia Cavaleiro Monteiro A. Azevedo.
António Maria de Ornelas Ourique Mendes.
Cecília Pita Catarino.
João Maurício Fernando Salgueiro.
Joaquim dos Santos Pereira Costa.
Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida.
Mariana Santos Calhau Perdigão.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Victor Pereira Crespo.

Partido Comunista Português (PCP):

Manuel Correia Lopes.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
João Gomes de Abreu Lima.
Joaquim Rocha dos Santos.
José António de Moraes Sarmento Moniz.
José Augusto Gama.
Luís Eduardo da Silva Barbosa.
Manuel Tomás Rodrigues Queiróz.

Agrupamento Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):

António Poppe Lopes Cardoso.

**Relatórios e pareceres
da Comissão de Regimento e Mandatos
enviados à Mesa para publicação**

Em reunião realizada no dia 17 de Janeiro de 1984, pelas 15 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

1) Solicitada pelo Partido Social-Democrata:

Abílio Gaspar Rodrigues (circulo eleitoral de Santarém) por Mário de Oliveira Mendes dos Santos (esta substituição é pedida para os dias 17 a 31 de Janeiro corrente, inclusive);

2) Solicitada pelo Partido Comunista Português:

Maria Odete de Jesus Filipe (círculo eleitoral de Lisboa) por José Manuel Santos Magalhães (esta substituição é pedida por um período não superior a 6 meses, a partir do passado dia 13 de Janeiro corrente, inclusive);

3) Solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

José Luís da Cruz Vilaça (círculo eleitoral de Coimbra) por Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró (esta substituição é pedida por um período não superior a 3 meses, a partir do passado dia 16 de Janeiro corrente, inclusive).

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio nos concorrentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes.

A Comissão: Presidente, António Cândido Miranda Macedo (PS) — Vice-Presidente, Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Secretário, José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Secretário, Armando Domingues Lima Ribeiro de Oliveira (CDS) — Carlos Cardoso Lage (PS) — Adérito Manuel Soares Campos (PSD) — José Silva Marques (PSD) — Leonor Santa Rita Pires (PSD) — Fernando Cardoso Ferreira (PSD) — António Machado Lourenço (PSD) — Luís Filipe Paes Beiroco (CDS) — Manuel António de Almeida de A. Vasconcelos (CDS) — João Correger da Fonseca (MDP/CDE) — António César de Oliveira (UEDS).

Em reunião realizada no dia 17 de Janeiro de 1984, pelas 20 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

1) Solicitada pelo Partido Socialista:

Manuel Filipe Pessoa Santos Loureiro (círculo eleitoral de Viana do Castelo) por José Luís Diogo de Azevedo Preza (esta substituição é pedida por um período não superior a 3 meses, a partir do próximo dia 23 de Janeiro corrente, inclusive);

2) Solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

Joaquim Rocha dos Santos (círculo eleitoral do Porto) por José Henrique Ribeiro Meireles

Barros (esta substituição é pedida para os dias 17 a 20 de Janeiro corrente, inclusive).

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio nos concorrentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes.

A Comissão: Vice-Presidente, Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Secretário, José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Bento Elísio de Azevedo (PS) — Carlos Cardoso Lage (PS) — Adérito Manuel Soares Campos (PSD) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Daniel Abílio Ferreira Bastos (PSD) — Fernando José da Costa (PSD) — José Mário Lemos Damião (PSD) — Maria Margarida Salema Moura Ribeiro (PSD) — João António Gonçalves do Amaral (PCP) — Jorge Manuel Abreu de Lemos (PCP) — João Correger da Fonseca (MDP/CDE).

Declaração de voto do deputado Antunes da Silva (PSD), enviada para publicação ao abrigo do n.º 3 do artigo 100.º do Regimento.

O PSD votou contra a proposta de resolução apresentada pelo PCP não por ser insensível aos problemas que a esta questão se prendem, como, aliás, já ficou demonstrado em momento próprio, mas por razões bem mais objectivas que passamos a enumerar.

A comissão proposta, com as competências que se pretendia ver-lhe atribuídas, colidiria com os poderes das autarquias locais e até de alguma forma com a divisão e distinção de poderes entre esta Assembleia e o Governo;

Por outro lado, a tradição desta Câmara demonstra à saciedade que comissões desta natureza se revelam pouco ou nada funcionais e com obtenção de resultados muito discutíveis;

Por outro lado, ainda, a Assembleia da República e as suas comissões dispõem naturalmente de poderes de fiscalização dos actos do Governo nesta e noutras matérias sem necessidade de recorrer à constituição desta comissão.

Finalmente, fazemos, apesar de tudo, um julgamento positivo da acção governativa nesta matéria, atentas as dificuldades com que o Governo se confronta e que necessariamente limitam essa acção. Mas estamos certos, não obstante essas dificuldades, que o Governo não deixará de rapidamente implementar as medidas previstas.

Os REDACTORES: José Diogo — Cacilda Nordeste.

PREÇO DESTE NÚMERO 95\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA